

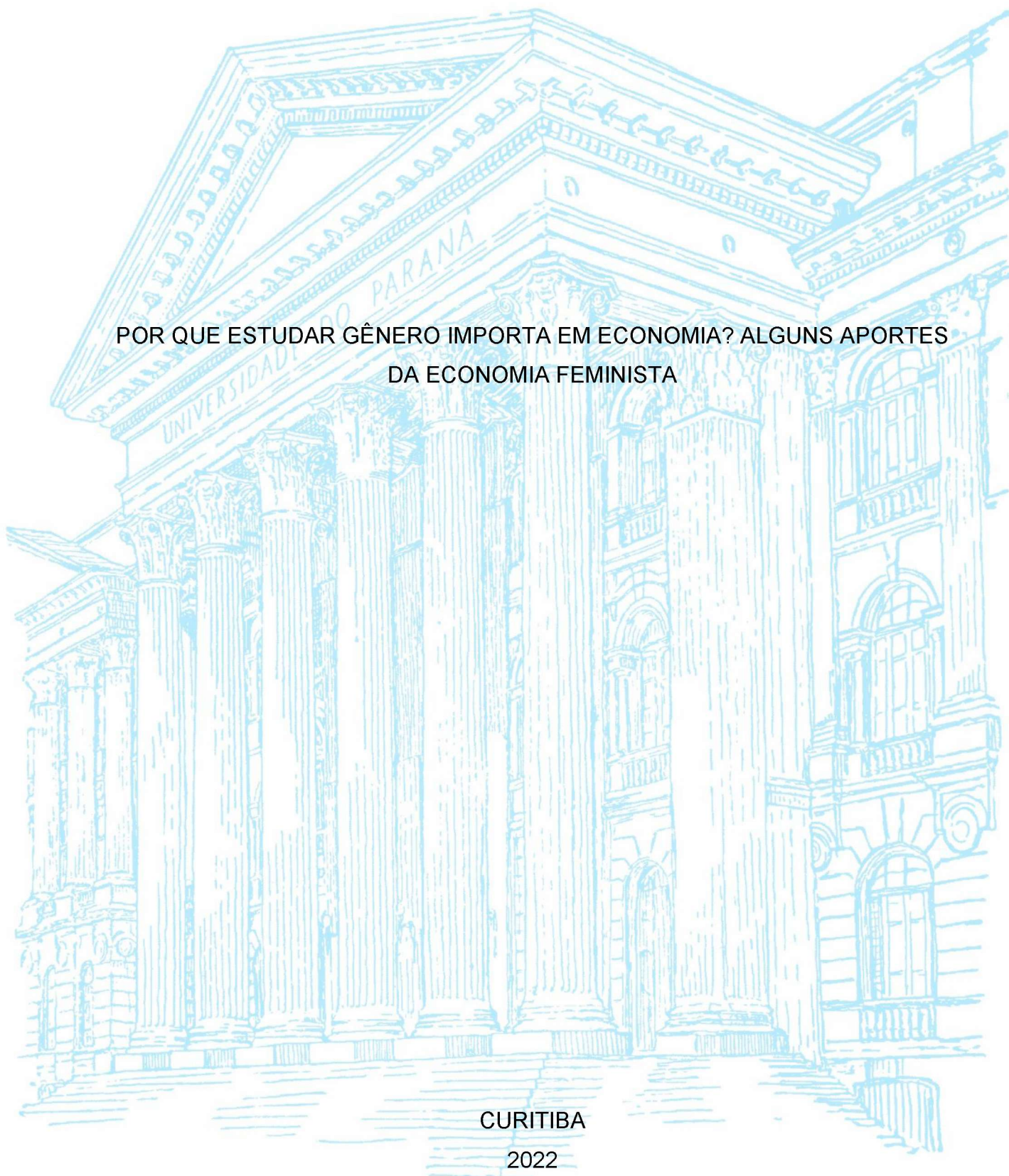
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IESSA MARIAH DOS PASSOS GRIGOLLI

POR QUE ESTUDAR GÊNERO IMPORTA EM ECONOMIA? ALGUNS APORTES
DA ECONOMIA FEMINISTA

CURITIBA

2022



IESSA MARIAH DOS PASSOS GRIGOLLI

POR QUE ESTUDAR GÊNERO IMPORTA EM ECONOMIA? ALGUNS APORTES
DA ECONOMIA FEMINISTA

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Angela Welters

CURITIBA

2022

TERMO DE APROVAÇÃO

IESSA MARIAH DOS PASSOS GRIGOLLI

POR QUE ESTUDAR GÊNERO IMPORTA EM ECONOMIA? ALGUNS APORTES DA ECONOMIA FEMINISTA

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof(a). Dr(a)./Msc. Angela Welters

Orientador(a) – Departamento de Economia, UFPR

Prof(a). Dr(a)./Msc. Raquel Rangel de Meireles Guimarães

Departamento de Economia, UFPR

Prof(a). Dr(a)./Msc. Junior Ruiz Garcia

Departamento de Economia, UFPR

Cidade, __ de _____ de 2022.

Dedico essa monografia aos meus pais: Vívien Patrícia e Leandro Cesar. O único motivo por eu ter chegado até aqui, foi por conta do esforço e sacrífico diário de vocês. Agradeço pelo amor incondicional, pela paciência e pelo incentivo constantes. Vocês me ensinaram a lutar e a ser uma guerreira, como vocês.

AGRADECIMENTOS

Não creio que alguém espere que escrever uma monografia seja fácil, mas preciso admitir que excedeu as minhas expectativas. Em um antagonismo gigante, mal via a hora de ler o próximo texto e escrever o próximo capítulo, mas também faltavam forças para aguentar mais horas de tela de computador, PDFs infinitos, livros e edição de texto. É difícil não ser extremamente crítica sobre o que escrevi, sobre como organizei o trabalho e se realmente fui capaz de transmitir a importância do tema para os leitores.

É por isso que gostaria de agradecer, inicialmente, a minha orientadora Angela Welters por toda a paciência e acolhimento que me ofereceu ao longo dessa jornada (quase) sem fim. Sem sua iluminação, o caminho teria sido infinitas vezes mais tortuoso e, talvez, impossível de se terminar. Senti-me acolhida no ambiente acadêmico, por ter uma mulher tão forte e tão destemida como você me orientando. Obrigada.

Agradeço, agora, pelas duas pessoas que mais me apoiaram ao longo de toda a minha jornada. Agradeço a minha mãe, Vívien, e ao meu pai, Leandro, por terem abdicado de tantas coisas para que eu pudesse ter um ensino de qualidade ao longo da minha infância e adolescência. Agradeço por sempre terem procurado entender sobre minhas angústias, medos, inseguranças mesmo que os temas fossem de difícil compreensão e tudo que pudessem fazer fosse me dar um abraço e chorar junto comigo. Eu não seria nada sem vocês e, acima de tudo, essa conquista, essa faculdade, esse trabalho e essa formação são para vocês. Sou fruto das pessoas maravilhosas que vocês são, então, sintam orgulho – não de mim – mas de si mesmos. Obrigada.

Agradeço, por último, mas não menos importante, ao Pedro. Em todos os altos e baixos pelos quais passei no último ano, você foi a sustentação que me manteve seguindo em frente. As crises de ansiedade, o medo do futuro, a insegurança sobre mim mesma, todos, aos poucos, você foi conseguindo acalmar e me fazer entender que a vida é muito além disso e que eu era capaz. Você é um ser de luz, não me conheceria da forma como me conheço hoje, nem teria sido capaz de trilhar meu caminho de forma mais madura e segura, se não tivesse tido seu amor e seu apoio. Obrigada.

Eu decidi que não há nada de errado em se considerar feminista. Então, eu sou uma feminista e todas nós deveríamos ser feministas, porque feminismo é uma outra palavra para igualdade

- Malala Yousafzai

RESUMO

Nesta monografia, tem-se como objetivo fazer um recorte da crítica à Teoria Neoclássica sob a perspectiva da Economia Feminista, dando maior enfoque a importância do Trabalho Doméstico e do Cuidado não remunerado exercido pelas mulheres. O papel da Economia Feminista é inserir a discussão de gênero, majoritariamente gênero binário, dentro da teoria econômica, trazendo à tona a relação de dominação dos homens sobre as mulheres e o impacto que essas relações têm na vida social e econômica das mulheres. O trabalho se desenvolve em uma metodologia, majoritariamente, teórica-expositiva de forma a retratar o surgimento do feminismo, os principais pontos sobre a teoria econômica feminista (especialmente, a teoria econômica feminista de ruptura). Bem como, objetiva analisar criticamente a construção do homo economicus neoclássico, de forma a demonstrar como, ao manter a análise econômica sobre o viés androcêntrico da Teoria Neoclássica, grande parte da contribuição feminina à Economia é simplesmente ignorada. Nesse sentido, traz-se, a título de contextualização do impacto da omissão de gênero na teoria econômica, o trabalho doméstico e do cuidado, que ao não ser considerado como trabalho, é invisibilizado, deixando de ser retratado nas análises de políticas públicas e contribuindo para a reprodução e aprofundamento das desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Economia Feminista; Trabalho Doméstico; Trabalho do Cuidado; (Des)igualdade de gênero; Homo Economicus.

ABSTRACT

In this monograph, the objective is to make a clipping of the criticism of Neoclassical Theory from the perspective of Feminist Economics, focusing more on the importance of Domestic Work and Unpaid Care exercised by women. The role of Feminist Economics is to insert the discussion of gender, mainly binary gender, within economic theory, bringing to light the relationship of domination of men over women, as well as the impact that these relationships have on the social and economic life of women. The paper is developed in a methodology, mostly, theoretical-expository in order to portray the emergence of feminism, the main points on feminist economic theory (especially the feminist economic theory of rupture). Moreover, it aims to critically analyze the construction of the neoclassical homo economicus, in order to demonstrate how, by maintaining the economic analysis of the androcentric bias of the Neoclassical Theory, much of the female contribution to Economics is simply ignored. In this sense, it is brought as a contextualization of the impact of gender omission on economic theory, the domestic work and care, which when not considered as work, is invisible, and is not portrayed in public policy analyses, contributing to the reproduction and deepening of gender inequalities.

Keywords: Feminist Economics; Domestic Labor; Care Work; (In)equity of gender; Homo Economicus.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TAXA DE REALIZAÇÃO DE AFAZERES DOMÉSTICOS, POR SEXO.....	51
TABELA 2 – MÉDIA DE HORAS DEDICADAS AOS AFAZERES DOMÉSTICOS E/OU AOS CUIDADOS DE PESSOAS (HORAS SEMANAIS)	52
TABELA 3 – MÉDIA DE HORAS EFETIVAMENTE TRABALHADAS EM TODOS OS TRABALHOS (HORAS SEMANAIS).....	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	JUSTIFICATIVA.....	16
1.2	OBJETIVOS	16
1.2.1	Objetivo geral	17
1.2.2	Objetivos específicos.....	17
1.3	METODOLOGIA.....	18
1.4	HIPÓTESES.....	18
2	ECONOMIA FEMINISTA: A INSERÇÃO DO FATOR “GÊNERO” NAS ANÁLISES ECONÔMICAS.....	19
2.1	O MOVIMENTO FEMINISTA.....	19
2.2	A ECONOMIA FEMINISTA PLURALIDADE TEÓRICA.....	23
2.3	ANÁLISE CRÍTICA DA TEORIA NEOCLÁSSICA.....	26
3	A CRÍTICA FEMINISTA AO HOMO ECONOMICUS	31
3.1	POR QUE A ANÁLISE CRÍTICA DA TEORIA NEOCLÁSSICA É IMPORTANTE.....	31
3.2	UMA BREVE CONSTRUÇÃO DO HOMO ECONOMICUS E SUAS APARIÇÕES AO LONGO DA HISTÓRIA ECONÔMICA	35
3.3	O HOMO ECONOMICUS VERSUS A ECONOMIA FEMINISTA	39
4	A ECONOMIA DO CUIDADO: A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO	43
4.1	A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO E DO CUIDADO	46
4.2	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO E DO CUIDADO.....	50
4.2.1	O Trabalho do Cuidado na pandemia do Covid-19 na América Latina.....	54
4.2.2	Contas Nacionais: a inclusão do Trabalho Doméstico e do Cuidado.....	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

O estudo de Economia correntemente fornecido pela Universidade Federal do Paraná (e pela grande maioria das Universidades, diga-se de passagem) possui um currículo bastante diminuto quando se diz respeito ao estudo das teorias econômicas heterodoxas. As aulas que se empenham em sair do estudo econômico neoclássico são, majoritariamente, encontradas como matérias optativas ao currículo pleno. E, quando se trata do estudo feminista dentro da Economia, a exposição é ainda mais reduzida.

Compreender a visão neoclássica ortodoxa é de extrema importância, dado que é a base para o funcionamento da Economia atual, da formulação das políticas econômicas e do estudo do indivíduo. Contudo, ainda mais crucial é promover a discussão acerca de outras possíveis visões econômicas. Especialmente, objetivando retirar o viés androcêntrico¹ do ambiente estudantil e promover um estudo econômico com maior igualdade de gênero e que, verdadeiramente, seja capaz de entender, analisar e explicar o comportamento tanto de homens quanto de mulheres. Faz-se importante adicionar um adendo a discussão, o tema gênero é bastante complexo e não se resume somente ao gênero binário mulher-homem. Ainda assim, ao trazer a visão da Economia Feminista como embasamento teórico para esta monografia, dá-se enfoque ao gênero binário, sem procurar, no entanto, negar a importância da diversidade de gêneros para além da binaridade.

Tendo isto em mente, a presente monografia se desenvolve numa tentativa de incitar a discussão da pluralidade econômica, principalmente focando no estudo da Economia Feminista. Seja para incentivar a maior participação das mulheres na Economia, seja para demonstrar a importância do trabalho não remunerado feminino, ou ainda para evidenciar os vieses e limitações da teoria neoclássica, esse trabalho é um esforço para que o ambiente de estudos econômicos seja mais diversificado, tolerante e inclusivo. Sem mencionar, obviamente, igualitário – como deseja o feminismo.

¹ Segundo o dicionário Houaiss, o termo “androcêntrico” diz respeito “ao que gira ao redor dos homens ou da forma de organização social patriarcal, seus valores, seus interesses, sua postura”. Dessa forma, o viés androcêntrico na ciência é a tendência a se analisar as situações do mundo real, a partir da visão de um homem e/ou do patriarcalismo.

O feminismo é um movimento organizado para a defesa da igualdade entre os sexos, justiça social e garantia dos direitos da mulher. Desde o século XIX, com o movimento das sufragistas, o feminismo vem se estruturando e se fortalecendo como um caminho para o reconhecimento do papel central que a mulher possui na sociedade, como é visto ao longo desse trabalho.

Portanto, este movimento, por deveras incompreendido, não tem como objetivo sobrepujar a figura masculina, em prol da feminina. Pelo contrário, busca equalizar as visões sociais e oportunidades para ambos, sem que nenhum lado seja prejudicado, prezando pela valorização das mulheres em todas as áreas de sua vida (seja como mãe, dona de casa, empresária, esposa e, simplesmente, pessoa). Procura-se as considerar como membros da sociedade perfeitamente capazes de executar qualquer tarefa que se proponham a executar, assim como os homens, sem discrepância decorrente do mero fato de seu sistema reprodutor ser capaz de gestar uma vida.

No quesito Economia, Marçal (2017) inicia seu livro “O Lado Invisível da Economia” afirmando que o feminismo sempre foi interligado com a Ciência Econômica. Afinal, é através desta que as mulheres conseguiram dinheiro e, conseqüente, independência para lutar por seus próprios direitos. Inserir o pensamento feminista na teoria econômica não vem com o objetivo de reduzir a importância masculina ou invisibilizar o trabalho exercido pelos homens – como, a propósito, foi feito durante todo o desenvolvimento da teoria econômica até hoje quando se trata de mulheres. Mas, sim, em reconhecer que a mulher sempre esteve presente e teve/tem grande importância para a sustentabilidade da Economia – seja exercendo os cuidados do lar e da família, seja trabalhando no mercado de trabalho remunerado. O feminismo na Economia, acrescenta uma nova perspectiva, mais fidedigna a realidade humana.

Durante muitos anos, em alguns casos até hoje, a mulher foi vista e tratada como o sexo frágil. Como uma pessoa incapaz de fazer mais do que os limites de sua própria casa a permitiam. Restrita a cuidar do lar, dos filhos, do marido, da comida, do amor e do cuidado, de fato, pouco tempo sobrava para que a mulher se dedicasse àquele mercado de trabalho reconhecido pelos economistas neoclássicos como gerador de valor econômico. É equivocado dizer, no entanto, que as mulheres, por esse período, não trabalhavam. Pelo contrário, pela falta de valor econômico

atribuído ao trabalho da mulher é que ele se tornou, na verdade, um trabalho invisível.

Mais importante que reconhecer o papel da mulher dentro do mercado de trabalho, portanto, é reconhecer que o trabalho doméstico e a Economia do Cuidado² são também trabalho, e agregam valor, assim como qualquer outro trabalho remunerado. Para explicar melhor, as horas a mais dedicadas pelas mulheres ao Trabalho Doméstico e do Cuidado é o que permite que exista a reprodução social e o funcionamento da Economia. Porém, ao mesmo tempo que a mulher beneficia a Economia dando alicerce para que seus maridos e filhos possam se desenvolver, ela tende a sacrificar suas horas de lazer e de desenvolvimento pessoal (horas de estudo, especialização, desenvolvimento de hobbies), diminuindo sua participação no mercado de trabalho remunerado. Dado que a Economia Neoclássica tende a só considerar valioso aquilo que gera dinheiro ou, melhor, que provém de uma troca mercantil, as mulheres (e suas atividades) se tornam o “sexo invisível”³.

Se a mulher passa mais horas trabalhando, independentemente de onde, é preciso saber mensurar e valorar este trabalho. Não só mensurar e valorar, mas também reconhecer e entender este agente econômico tão diferente daquele preconcebido pela Teoria Econômica. Sem os cuidados da casa, majoritariamente exercido por mulheres, não haveria a base para a estruturação do mercado. As trabalhadoras e os trabalhadores não teriam comida, estrutura física (roupas limpas, cômodos limpos, por exemplo) e estrutura emocional (relacionada ao trabalho de cuidado). O significaria que eles não estariam aptos para serem os agentes otimizadores existentes na teoria neoclássica.

Mas também, não se pode deixar de considerar que quanto maiores forem essas jornadas múltiplas, mais cansadas e com maior dificuldade se encontram as mulheres para realizar os seus trabalhos remunerados (ou mesmo participar do mercado de trabalho), continuar seus estudos, adquirir habilidades que elas

² De acordo com Cristina Carrasco em seu artigo *La Paradoja del Cuidado: Necesario pero Invisible* de 2006, ao colocar como objetivo central de todas as esferas (social, político e econômica) as pessoas, é necessário, também, levar em consideração o “cuidado” como um fator fundamental. E este cuidado não implica algum tipo de trabalho específico; mas sim, que representa o afeto, as relações, o suporte emocional.

³ Este termo “sexo invisível” é utilizado por Katrine Marçal em seu livro “O lado invisível da Economia” para se referir às mulheres. Isto porque elas seriam tanto excluídas do desenvolvimento do agente econômico racional como, também, completamente ignoradas nas análises econômicas.

identifiquem como engrandecedoras e que auxiliem em sua saúde mental e em suas capacidades de exercer tarefas do dia a dia, ou mesmo profissionais. Ou seja, contra às mulheres há muito mais fatores do que a seu favor. A “liberdade” existe, mas será que é para todos? Ou será que as expectativas sociais, na verdade, não acabam por pressionar as mulheres a abnegarem de sua liberdade de escolha para viver em função da família e do lar?

1.1 JUSTIFICATIVA

Em uma realidade em que o movimento feminista está cada vez mais difuso, é necessário delinear, pelo menos um de seus respingos na teoria econômica. Assim, provavelmente, mais fácil será tornar a Economia também em um lugar mais igualitário, justo e que dê o mesmo tratamento a ambos os sexos, teórica e empiricamente.

Nesta lógica, o feminismo se manifesta através da Economia Feminista. Esta vertente econômica teórica possui diversas interpretações de acordo com diferentes escolas de pensamento, mas apresenta como denominador comum a introdução do gênero como categoria analítica dentro da Economia. (FERNANDEZ, 2018). O presente trabalho procura, então, trazer a abordagem econômica feminista na sua crítica a teoria econômica neoclássica. Com isso, pretende-se demonstrar os problemas que a omissão do fator gênero no desenvolvimento econômico acarreta para a vida social e econômica das mulheres, focando especialmente no desenvolvimento e na importância do Trabalho Doméstico e do Cuidado exercido por elas para a sustentabilidade da vida.

1.2 OBJETIVOS

Levando em consideração a contemporaneidade do tema – o feminismo – e a necessidade de posicionar a mulher dentro das análises econômicas, busca-se apresentar teoricamente a crítica ao agente econômico racional construído pela Teoria Neoclássica e demonstrar o impacto que essa construção tem na vida das mulheres e no funcionamento do Sistema Econômico. Esta pesquisa pretende responder o seguinte problema: como teoria neoclássica ao ignorar o gênero de seus agentes, corrobora e legitima as desigualdades de gênero. E, mais além, como

o trabalho doméstico e do cuidado impactam teórica e empiricamente a frágil realidade construída pela teoria neoclássica com base em um agente econômico “inumano” e em modelos que ignoram a importância da reprodução social.

1.2.1 Objetivo geral

No decorrer dos capítulos, é descrita a crítica feminista à teoria econômica neoclássica, com o objetivo geral de demonstrar a importância da inserção do gênero na Teoria Econômica, elucidando qual o impacto da omissão desse fator na vida social e econômica das mulheres. E, para tanto, dar-se-á um enfoque maior na crítica a forma como o agente econômico foi construído pela Teoria Neoclássica, em que o contexto feminino e o seu rol decisório não são, de forma alguma, corretamente abrangidos por esse agente. Buscando, assim, desconstruir a visão do agente econômico egoísta, independente e maximizador de utilidade e demonstrar o impacto dele na subestimação da importância feminina para o funcionamento do aparato econômico.

1.2.2 Objetivos específicos

Em adição a construção feminista da crítica neoclássica, o trabalho também se preocupará em definir, explicar e exemplificar, o que é trabalho doméstico e trabalho do cuidado. E, também, de que forma esses trabalhos influenciam (positiva ou negativamente) a vida das mulheres, como são vistos mediante as desigualdades de gênero e, por fim, qual foi o seu efeito durante a pandemia do Covid-19 para a vida das mulheres e o seu impacto dentro do PIB caso as Contas Nacionais preocupassem-se em mensurá-los e incluí-los.

Preocupa-se, no primeiro capítulo, em contextualizar, brevemente, o movimento feminista como um todo, trazendo o *background* necessário para que, em seguida, seja explicada o que é a Economia Feminista. Dando continuidade à pesquisa, no segundo capítulo, será feita uma construção crítica do agente econômico racional neoclássico. E, no terceiro capítulo, uma explicação do que é trabalho do cuidado e trabalho doméstico, bem como será apresentado um estudo da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) Contínua de 2020 mensurando o trabalho doméstico e do cuidado no Brasil; o efeito desse trabalho na

pandemia; e uma alusão a inclusão dele no Sistema de Contas Nacionais. E, por fim, as considerações finais.

1.3 METODOLOGIA

Para desenvolver a pesquisa, a metodologia escolhida é a de pesquisa exploratória, majoritariamente qualitativa. Ou seja, será apresentada a relação entre duas abordagens teóricas – Economia Feminista e Neoclássica – e será feito de forma predominantemente comparativa e não-empírica. Para o último capítulo, no entanto, com o objetivo de contextualizar e exemplificar o impacto do Trabalho Doméstico e do Cuidado na sustentabilidade econômica, serão compilados alguns estudos sobre o impacto desse tipo de trabalho no Brasil e durante a pandemia; e, também, estudos sobre a contabilização do trabalho do cuidado, demonstrando seus efeitos, caso fosse devidamente mensurado e inserido nas Contas Nacionais e, conseqüentemente, no PIB.

1.4 HIPÓTESES

As hipóteses para essa pesquisa são divididas em: a) O agente econômico proposto pela teoria neoclássica não só não representa a figura feminina, como foi deliberadamente delineado para representar a figura masculina. E isto é decorrente do pensamento machista e patriarcal; b) O trabalho doméstico e familiar exercido pelas mulheres é o que permitiu que a Economia continue existindo até hoje, por permitir a sustentabilidade da vida; c) O papel da mulher omitido das análises econômicas causa uma subestimação dos dados econômicos.

2 ECONOMIA FEMINISTA: A INSERÇÃO DO FATOR “GÊNERO” NAS ANÁLISES ECONÔMICAS

O presente capítulo almeja expor, brevemente, como se deu o desenvolvimento do movimento feminista e como, a partir de então, nasce a Economia Feminista – fio condutor deste trabalho de conclusão de curso. Para que se entenda o construto feminista, logo o econômico feminista, é preciso esclarecer alguns conceitos. Logo, ao longo do capítulo, será tratada a diferença entre sexo e gênero, a relação entre ciência e gênero, o estabelecimento de uma Ciência Econômica Feminista. E, por fim, uma breve alusão a crítica feminista a teoria neoclássica e ao homo economicus, de forma a introduzir o tema que será tratado de forma mais aprofundada no capítulo 3 deste trabalho.

2.1 O MOVIMENTO FEMINISTA

O feminismo é um movimento filosófico, social, político e econômico, cujo principal objetivo é combater as desigualdades e injustiças existentes entre homens e mulheres. Segundo Chimamanda Ngozi Adichie (2013), autora do livro e TED Talk “Sejamos Todos Feministas”, *feminist is the person who believes in the social, political and economic equality of the sexes*⁴. O movimento feminista, portanto, é atuante em todas as esferas sociais em busca de trazer a igualdade entre mulheres e homens não somente na forma como são vistas socialmente, mas também, por exemplo, na forma como são educadas sobre suas próprias histórias, sobre como são vistas diante do mercado de trabalho e como suas oportunidades são distribuídas entre elas/eles.

Não foi durante os anos 60 e 70 – quando o feminismo se organiza enquanto movimento coletivo de luta de mulheres (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009) – que as mulheres inicialmente se dispuseram a lutar pelos seus direitos. Pelo contrário, durante toda a história tiveram aquelas que ousaram se rebelar contra sua condição e que almejaram conquistar sua liberdade. A primeira onda feminista, porém, toma lugar ao final do século XIX, em Londres, com o movimento das

⁴ Em tradução livre feita pela autora deste trabalho, “feminista é qualquer pessoa que acredite na igualdade social, política e econômica entre os sexos”.

sufragistas em busca do direito feminino ao voto. Com saldo positivo, o direito ao voto no país é conquistado no início do século XX. No caso brasileiro, o movimento feminista também se inicia com a busca do direito ao voto e é conquistado em 1932 com o novo Código Eleitoral Brasileiro. (JARDIM PINTO, 2010).

Garantir o direito ao voto, todavia, não foi suficiente para equalizar as diferenças existentes entre homens e mulheres. Com a efervescência das guerras a partir de 1914, a figura feminina passa a tomar mais importância social-econômica do que jamais visto anteriormente, sem, porém, ter o adequado reconhecimento. Para que os homens pudessem participar do confronto militar, era necessário que as mulheres assumissem os postos de trabalho vagos. Logo, mulheres que sempre cuidaram dos lares e/ou assumiam jornadas de trabalho menores, passaram a movimentar a economia de seus países enquanto seus maridos e filhos ocupavam-se da luta nos campos de batalha. (FERNANDEZ, 2018). E é em 1949 que Simone de Beauvoir publica o livro *O Segundo Sexo*, tornando-se expoente na luta feminina em prol da igualdade de gênero. Neste livro, estabelece-se uma das frases mais reproduzidas pelo movimento feminista: não se nasce mulher, torna-se mulher.

O movimento feminista assume posição central na defesa dos direitos destas mulheres. Não só buscando por melhores condições de trabalho e melhores análises das jornadas de trabalho femininas. Como também reforçando a importância do papel dessas mulheres dentro de seus lares e trazendo à tona a realidade falocrática sobre a qual a sociedade se construiu. Entende-se por “realidade falocrática”⁵ como sendo aquela em que as mulheres são subjugadas ao poder dos homens, aquela em que há uma clara relação de dominação do homem sobre as mulheres.

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias. (JARDIM PINTO, 2010, p. 16).

⁵ Segundo o dicionário Houaiss, falocracia é um substantivo feminino cujo significado engloba: dominação social, cultural simbólica exercida pelos homens sobre as mulheres; sociedade dos falocratas.

A atuação feminista é, portanto, bastante diversa e dinâmica. Dentro do Brasil, o movimento encontra o seu combustível no do período da Ditadura Militar, em que muitas mulheres são exiladas do país e passam a encontrar asilo em países europeus. Entrando, assim, em contato com os movimentos feministas em emergência por lá. (JARDIM PINTO, 2010). As condições políticas locais, porém, não deram origem a um movimento de libertação radicalizado como o europeu ou estadunidense. A ditadura e sua repressão permitiram que o feminismo se instaurasse, e permanecesse, em partidos de esquerda e com mulheres que lutavam pela democracia.

Os primeiros grupos feministas criados na década de 70 nasceram com o compromisso de lutar tanto pela igualdade das mulheres como pela anistia e a abertura democrática. (SOARES, 1994).

Os movimentos de mulheres, como outros movimentos sociais, são movimentos não clássicos, na medida que transcorrem nas esferas não tradicionais de organização e ação política - a novidade é que tomaram visíveis a prática e a percepção de amplos setores sociais que geralmente estavam marginalizados da análise da realidade social, iluminaram aspectos da vida e dos conflitos sociais em geral obscurecidos e ajudaram a questionar velhos paradigmas da ação política. Uma das principais contribuições do movimento de mulheres tem sido evidenciar a complexidade da dinâmica social e da ação dos sujeitos sociais, revelando o caráter multidimensional e hierárquico das relações sociais e a existência de uma grande heterogeneidade de campos de conflito. (SOARES, 1994, p. 15).

É importante entender, também, que tratar de feminismo não é, de forma alguma, falar por todas as mulheres. O movimento de mulheres, em si, é bastante plural e não se resume ao feminismo. Diferentes contextos sociais, culturais, históricos e econômicos influenciarão mulheres de formas diversas. (SOARES, 1994). Não seria possível, portanto, resumir todas as reivindicações femininas em um único movimento. Feministas são as mulheres que buscam a igualdade entre os sexos, que acreditam numa sociedade em que homens não dominarão mais as vidas, decisões e desejos femininos. Feministas são aquelas que buscam trazer a figura da mulher à luz da sociedade e colocá-la diante das mesmas ferramentas e oportunidades fornecidas a todos os homens. Não só fornecendo as oportunidades, como também as ferramentas para que elas (as mulheres) possam usufruir da conjuntura em que estiverem inseridas.

As feministas, como expressão de uma das vertentes deste movimento, traduzem a rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder, e buscam construir uma proposta ideológica que reverta esta marginalidade. (SOARES, 1994, p. 15).

Para o feminismo, no entanto, não é possível que numa sociedade patriarcal e, portanto, regida por uma falocracia, haja a obtenção de plenos direitos femininos e igualdade entre homens e mulheres. Esta visão é trazida, principalmente, pela segunda onda feminista. (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009). O patriarcado⁶ toma um papel importante no discurso do movimento, sendo uma característica da sociedade atual, mas principalmente algo a ser combatido. O patriarcado alia-se a construção do próprio capitalismo, uma vez que aos homens lhes foi atribuída a tarefa de exercer o trabalho produtivo e às mulheres o reprodutivo. Consequentemente, cabia aos pais, maridos e filhos que trouxessem o dinheiro que sustentaria as casas. A lógica da época e que permanece até hoje, em diversas situações, é a de que, por isso, o homem teria direito (e dever) de definir o que seria conveniente as mulheres ou não. Define-se assim que: “[...] o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. [...]” (DELPHY, 2009, p. 173).

Para entender a dominação entre os sexos, especificamente do sexo masculino em relação ao feminino, faz-se necessário entender que sexo e gênero são dois fatores essencialmente diferentes. Quanto a sexo, trata-se de sexo biológico – aparelho reprodutor feminino e aparelho reprodutor masculino. Quanto a gênero, trata-se de uma construção social, fruto das interações entre seres humanos e que nada tem a ver com a biologia por trás de seus corpos. Segundo Carrasco em seu livro “Mujeres y economia: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas” (1999), o gênero - diferente do sexo, que significa o biológico - representa tudo aquilo que nos homens e mulheres é produto de processos sociais e culturais. Sexo, dessa forma, não é traduzido, necessariamente, pelo gênero.

⁶ Este trabalho não tem como objetivo demorar-se no conceito de patriarcado. Textos como os de Mirela Marin Morgante e Maria Beatriz Nader (2014) “**O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico**”, Silvia Federici (2018) - numa crítica ao marxismo - “**El patriarcado del salario**”, Daniela Leandro Rezende (2016) “**Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda**” são boas fontes de elucidação sobre o tema.

Quando o sexo é sobrevalorizado a diferença puramente biológica passa a ser usada como uma justificativa para a discriminação e marginalização das mulheres. (MATHIEU, 2009).

A diferença que caracteriza homens e mulheres é, então, em si mesma, insignificante; sua importância determinante e socialmente estruturante é um efeito das relações de poder. “Não nascemos mulheres, tomamo-nos mulheres” (Beauvoir, 1949), a partir da dominação exercida pelos homens sobre elas, quaisquer que sejam as origens ou as formas dessa dominação e as razões que a tornaram possível. Não há então sexos, mas “classes de sexo” destinadas a desaparecer. (COLLIN, 2009, p. 62).

Enquanto forma de pensar, o feminismo se espalha por todas as áreas de estudos sociais e científicos. Sendo assim, não demoraria a também passar a influenciar a ciência econômica. Cria-se a Economia Feminista, não-unificada em uma única teoria, mas pluralizada entre a Teoria Clássica e Neoclássica, o Socialismo, o Marginalismo, a Economia Comportamental, a Economia Institucional etc. A tangente de todas essas teorias sob o arcabouço feminista, no entanto, é trazer à luz das discussões a presença do gênero e, principalmente, das desigualdades de gênero dentro da teoria econômica. (FERNANDEZ, 2018).

2.2 A ECONOMIA FEMINISTA – PLURALIDADE TEÓRICA

Economia Feminista não é um movimento que pretende se ater a tratar de temas puramente e exclusivamente femininos. (FERNANDEZ, 2018). É, na verdade, um movimento bastante plural, em que diferentes propostas são acomodadas sob o escopo econômico em forma de críticas e sugestões às teorias econômicas existentes. Segundo Carrasco (1999), a perspectiva feminista traz uma forte interdisciplinaridade para a Ciência Econômica.

A Economia Feminista é um campo de estudos da Ciência Econômica e uma abordagem política que orienta diversos grupos feministas. A sua construção é fruto da imbricação entre a produção acadêmica e as lutas feministas e é desenvolvida tanto nos centros de estudos e pesquisas como nos espaços de atuação política feminista: Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais e associações de mulheres trabalhadoras. (FURNO; GRECCO; TEIXEIRA, 2018, p. 11).

Pode-se definir que a proposta da teoria econômica feminista é “uma análise crítica e uma ampliação do que se entende como econômico e outras categorias

analíticas importantes circunscritas a essa ciência, por exemplo, a própria definição de trabalho.” (FURNO; GRECCO; TEIXEIRA, 2018, p. 15). Continuando o pensamento das autoras, é mais do que somente inserir o gênero na análise, trata-se de reformular completamente a forma como se faz Economia.

Segundo o feminismo, é central no desenvolvimento econômico, que se compreenda a culturalidade e historicidade por trás de tarefas, supostamente, denominadas masculinas ou femininas. (FERNANDEZ, 2018). Dessa forma, questionando se as atividades econômicas são verdadeiramente exercidas de forma igualitária ou se as desigualdades de gênero tendem a inserir um viés na forma como a Economia se movimenta. Ainda segundo Brena Fernandez (2018), o trabalho da Ciência Econômica seria muito maior do que reformular a teoria, avançaria de tal forma a modificar a maneira como a *realidade* se constrói. Alterando, assim, hábitos de pensamento que promovem a discriminação e a falta de oportunidades, ou de ferramentas, às mulheres.

Os principais temas trazidos nessa corrente de pensamento são:

[...] o trabalho doméstico, os diferentes aspectos da participação e discriminação das mulheres no trabalho, as políticas econômicas e seus efeitos diferenciados por sexo, os problemas de gênero e desenvolvimento, a invisibilidade das mulheres nos modelos macroeconômicos e o desenvolvimento de novos enfoques que permitam a análise global da sociedade.” (CARRASCO, 1999, não p.).

O academicismo da Economia Feminista inicia-se, por volta de 1990, com a criação da *International Association For Feminist Economics* (IAFFE) e do periódico *Feminist Economics*. (FURNO; GRECCO; TEIXEIRA, 2018). A ideologia por trás de trazer o feminismo para o estudo econômico provém da necessidade de se retirar o caráter erroneamente racional, objetivo e universal que a ciência assume. (LÖWY, 2009). Mas também da necessidade de introduzir, através do gênero, uma melhor forma de se explicar as relações de desigualdade existentes entre homens e mulheres. Denunciando, com isso, o sorrateiro caráter androcêntrico por trás da ciência. (CARRASCO, 1999). E por fim, procurando associar intenções às ações dos agentes econômicos em detrimento a apenas racionalizá-las. (FERNANDEZ, 2018).

Entende-se como caráter androcêntrico, neste texto de Carrasco (1999), como sendo o viés masculino existente dentro da construção científica. Dada a priorização de cientistas homens à cientistas mulheres, as teorias que, supostamente, seriam sem gênero e sem sexo, passam a ter uma inclinação maior a

representar figuras masculinizadas e comportamentos socialmente compreendidos como masculinos. Portanto, uma ciência androcêntrica seria uma ciência focada e desenvolvida de acordo com uma visão unilateral da humanidade: a dos homens.

A inserção do estudo de gênero na ciência econômica, assim, busca estudar profundamente as instituições que legitimam as tarefas masculinas e femininas, valores, códigos de conduta e prática. E, também, preocupa-se em trazer à tona as relações de poder estabelecidas ao longo do tempo, demonstrando as dominações masculinas exercidas sobre mulheres com base no contexto geral. Ao construir uma Economia mais adequada a estudar o posicionamento das mulheres na sociedade, a Economia Feminista busca mostrar como a universalidade atribuída aos resultados científicos é, na verdade, falsa. Mas não somente isto, é, também, subjugada aos valores dominantes do seu contexto temporal e físico. (FERNANDEZ, 2018).

As abordagens científicas – métodos e teorias – alternativas propostas pela economia feminista seriam justamente aquelas que incorporam outros valores, códigos culturais de conduta, práticas e normas tradicionalmente associados às mulheres, os quais vêm sendo subjugados, marginalizados e/ou cerceados. (FERNANDEZ, 2018, p. 565).

A ciência econômica feminista é uma tentativa de:

[...] procurar uma mudança radical na análise econômica que possa transformar a própria disciplina modificando alguns de seus pressupostos básicos – normalmente androcêntrico - e permita construir uma economia que integre e analise tanto a realidade das mulheres como aquela dos homens (Beneria, 1995).” (CARRASCO, 1999, não p.).

Ela pode ser dividida em duas vertentes: a Economia Feminista Conciliatória e a Economia Feminista de Ruptura. (FURNO; GRECCO; TEIXEIRA, 2018). A primeira, acredita que é possível uma sociedade em que homens e mulheres possuam os mesmos direitos, as mesmas chances dentro do mercado de trabalho, a mesma valorização financeira/profissional, dentre outros fatores que englobam a igualdade entre os sexos, sem, no entanto, ser necessária a quebra dos paradigmas sociais e econômicos atuais – patriarcais e capitalistas. Em contraposição, o movimento feminista de ruptura, acredita não ser possível uma sociedade igualitária coexistir com os paradigmas falocráticos já mencionados anteriormente. Portanto, para que se eliminem as desigualdades e a sociedade se torne mais favorável a figura feminina, é necessária uma completa reformulação social e econômica.

Algumas autoras, como Amaia Pérez Orozco (2005), inclusive pensam tal pluralidade por meio da separação entre “economias feministas conciliatórias”, que não rompem com lógicas mercantis de produção de conhecimento, e “economias feministas rupturistas”, em que - ao analisar a experiência das mulheres - não ocultam “as mulheres cujas vozes têm menor espaço em um contexto de hegemonia ocidental na produção do conhecimento” (Pérez Orozco, 2005, p. 53). Nessas definições sobre o que a Economia Feminista abarca, as “economias de gênero” seriam aquelas que apenas incorporariam os estudos de gênero aos paradigmas econômicos existentes, bastante diferente da construção de novos métodos e rupturas de paradigmas que as economistas feministas propõem fazer (Pérez Orozco, 2005 e Antonella Picchio, 2012). (FURNO; GRECCO; TEIXEIRA, 2018, p. 12).

Ao interligar a Economia com o Feminismo, cria-se uma forte crítica a *todas* as teorias econômicas até hoje desenvolvidas que não se preocupam em inserir a figura do gênero em suas análises. Nesse trabalho será dado enfoque principalmente à crítica feminista à teoria econômica neoclássica. Uma das temáticas abordadas é a forma como essa teoria, ao focar fortemente em modelos econométricos e matemáticos, deixa de incorporar fatores sociais, culturais e históricos importantes que ajudariam a fazer um recorte mais fidedigno da realidade. (FERNANDEZ, 2018).

2.3 ANÁLISE CRÍTICA DA TEORIA ECONÔMICA NEOCLÁSSICA

Ao levar-se em consideração um modelo mais humanizado, como aquele proposto pela Economia Feminista, percebe-se a falta de profundidade existente na teoria neoclássica ao tentar modelar e matematizar todos os comportamentos humanos através de um fator de análise tão superficial como o agente econômico racional⁷. Considera-se, aqui, o modelo feminista como mais humanizado pela sua tentativa de inserir o gênero e outros fatores sociais na análise econômica. E coloca-se a teoria neoclássica como rasa, baseado – como será devidamente aprofundado a seguir – na sua tentativa de considerar que os seres humanos não teriam outros fatores além de sua própria vontade e sua intenção de maximizar a sua satisfação e

⁷ Esse trabalho de conclusão de curso não se pretende a aprofundar o tema da racionalidade na ciência econômica em si. Para uma discussão mais detalhada sobre o tema da racionalidade dentro da crítica a teoria econômica tradicional, a autora Brena Fernandez possui o texto “Razão, racionalidade, decisão racional: o que a filosofia da ação tem a dizer para a economia (e vice-versa)?” trazendo o que foi estabelecido como racional segundo as teorias econômicas mainstream, o que é considerado irracional e até que ponto isso realmente é uma leitura adequada da realidade.

utilidade, na sua tomada de decisões. Dessa forma, não seria possível que se conseguisse apreender todas as possibilidades de decisões, muito menos todos os *outcomes* possíveis baseados nelas.

Estrutura-se uma crítica a escola neoclássica em sua tentativa de racionalizar, tanto na família quanto no mercado de trabalho, os papéis tradicionais dos sexos. Dessa forma, a divisão sexual do trabalho seria biologicamente determinada. (CARRASCO, 1999). Segundo Hirata e Kergoat (2007, p. 599), “a divisão sexual do trabalho é uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”. Dentro desta divisão, de acordo com as autoras, aborda-se a execução de tarefas caracterizadas como “masculinas” – as produtivas - e as “femininas” – reprodutivas. Mas, também é possível que a divisão sexual do trabalho faça referência a diferença entre trabalho mercantil e trabalho doméstico.

É importante mencionar também que a divisão sexual do trabalho não se dá somente na esfera física, de execução da função laboral, mas na valoração do trabalho também. Trabalhos exercidos por homens tendem a “valer” mais do que trabalhos exercidos por mulheres. A divisão sexual do trabalho, porém, não é um fator constante na sociedade. Ela pode ser modificada – não necessariamente da forma como se espera (eliminando as diferenças entre homens e mulheres), mas, sim, na forma de novos cenários e novas aplicações ao conceito. (HIRATA e KERGOAT, 2007).

A crítica econômica feminista à teoria neoclássica constrói-se, além da falta de inclusão do gênero nas análises, mas também sobre a (suposta) racionalidade e neutralidade do *homo economicus* e na visão da família como uma pequena empresa. (FERNANDEZ, 2018). Dessa forma, a divisão sexual do trabalho seria racionalmente definida com base no grau de utilidade e satisfação que a mulher teria em assumir, sozinha, as tarefas domésticas e do cuidado, em vez de distribuí-las socialmente. (FURNO; GRECCO; TEIXEIRA, 2018).

A importância da teoria feminista, no geral, e da Economia Feminista, em particular, está assim, exatamente em seu ponto de vista político, o que torna a ciência mais objetiva e menos negligente (Ferber e Nelson, 1993; Harding, 1987, 1992 e 1995). É com a busca de mais objetividade na Ciência Econômica que a Economia Feminista denuncia a falsa neutralidade científica que está ancorada em um olhar androcêntrico

(Carrasco, 2006; England, 1993). (FURNO; GRECCO; TEIXEIRA, 2018, p. 12).

Portanto, além da divisão sexual do trabalho, a figura do *homo economicus* é ponto de incisiva desconstrução dentro da economia feminista. Justamente por se propor a representar todos os seres dentro de um sistema econômico (preferências estáveis, procura maximizar sua utilidade, é sempre racional e não é tomado por suas emoções, sempre buscando tomar a melhor decisão para si) que ele não é capaz de representar todas as possibilidades de comportamentos humanos. (FERNANDEZ, 2018).

O *homo economicus* é o protótipo de um indivíduo do gênero masculino, adulto, que não precisa cuidar das obrigações da casa, criar filhos, cuidar dos enfermos da família e nem dos pais idosos. Nesse sentido, o homem econômico, por um lado, não pode representar 50% da humanidade composta por homens. Tampouco representa adequadamente o comportamento dos restantes 50% composto por mulheres. (FERNANDEZ, 2018, p. 566).

A mulher, sempre envolvida em trabalhos domésticos e do cuidado, acaba não sendo abrangida na construção da normalidade teórica da Economia Ortodoxa em que o trabalho extra-doméstico seria o único associado a geração de riqueza e a troca mercantil. Esse tipo de trabalho é associado diretamente ao *homo economicus*. Completando o pensamento de Brena Fernandez, pode-se dizer, portanto, que a mulher e suas atividades não são consideradas como atividades desse agente econômico, logo não fariam parte da normalidade econômica. As teorias econômicas assumem, assim, forte caráter masculino em seus valores culturais, profissionais e sociais. (FERNANDEZ, 2018).

Historicamente, estes valores culturalmente identificados como masculinos adquiriram precedência sobre os valores considerados tipicamente femininos, como a interdependência, a conexão e a concretude. Por esta razão, ao invés de representar o rigor na disciplina, a exclusividade do método formal promovida pela incorporação deste viés teria antes enfraquecido a capacidade da economia de explicar os fenômenos do mundo real. (FERNANDEZ, 2018, p. 566).

Outro viés a ser abordado é que para o neoclassicismo ou o marginalismo, o fator de maior importância é a análise da geração de valor do capital através do grau de utilidade de um produto e da maximização da satisfação do indivíduo. Sendo assim, quaisquer outros fatores como as relações sociais e de gênero, são, não

somente, ignoradas como, também, assume-se que não existam, ou, pelo menos, sejam um fator “tudo o mais constante”. Afinal, seus indivíduos seriam seres sem gênero, nem idade, nem origem. (FURNO; GRECCO; TEIXEIRA, 2018).

Sendo assim, tem-se que a teoria ortodoxa ou neoclássica considera apenas o trabalho mercantil (produção de bens e serviços e sua comercialização monetária) como relevantes para a análise econômica. Dado que o trabalho do cuidado e doméstico são, muitas vezes, exercidos gratuitamente pelas mulheres e fora do mercado de trabalho tradicional, a mensuração das horas gastas e o valor atribuído a elas é, completamente, deixado de lado. Tornam-se trabalhos improdutivos e invisíveis. O grande equívoco está em desconsiderar que este trabalho feminino esteja reproduzindo a força de trabalho que movimenta a estrutura mercantil tão valorizada na teoria neoclássica. (FURNO; GRECCO; TEIXEIRA, 2018).

“Ao iniciar o processo de industrialização, as tarefas de produção, consideradas trabalho remunerado, e as de reprodução social são separadas.” (MOSCARDÓ, 2012, p. 58). A reprodução é um conceito tão importante, pois para que a sociedade se mantenha dinâmica, é preciso que as suas condições de reprodução existam. Portanto, é crucial que a sociedade tenha boas possibilidades de reproduzir sua população, insumos, bens e serviços de forma a sempre iniciar um novo ciclo produtivo. A reprodução, portanto, é o que garante a perpetuidade de uma sociedade. (CARRASCO, 2017).

A ideia de reprodução inicia-se com os fluxos “sanguíneos” econômicos desenvolvidos por Quesnay (fluxos de bens e dinheiro, num processo contínuo e retroalimentado). Continua e é reforçada por David Ricardo e Karl Marx que se apropriam da ideia de reprodução, tratando-a como essencial para a Economia de forma que ela sempre precisa reproduzir suas próprias condições de produção. Mas, sob a perspectiva feminista, a ideia de reprodução é estabelecida de forma diferente. Não se trata da acumulação capitalista e dos salários, mas sim da importância do trabalho exercido pelas mulheres dentro dos lares da reprodução de todo o sistema econômico. Continuando o pensamento de Carrasco (2017, p. 57), “Smith reconhece a importância do trabalho feito em casa para a sobrevivência das crianças e a reprodução econômica da família, mas não lhe dá uma categoria econômica”.

Reunindo as ideias de Carrasco em seu texto “A Economia Feminista e o Conceito de Reprodução” (2017), pode-se abstrair o seguinte. Quando se trata de seres humanos, não se poderia esperar que suas decisões se assemelhassem a de

um robô – como esperado pela teoria do agente econômico racional. A reprodução dos sistemas humanos se torna muito mais social e subjetiva. E, portanto, dependerá não somente de insumos, produtos, capital, mas também do trabalho feito na *criação* e desenvolvimento dos humanos que trabalham na estrutura econômica. Sendo assim, o conceito de reprodução deve englobar a reprodução *social* – esta é promovida pelos trabalhos exercidos por mulheres dentro dos domicílios e ao cuidar de suas famílias.

As relações entre trabalho doméstico e do cuidado e a teoria econômica neoclássica serão abordadas de forma aprofundada no próximo capítulo deste trabalho.

3 A CRÍTICA FEMINISTA AO HOMO ECONOMICUS

No capítulo anterior, discutiu-se sobre a construção do movimento feminista e a importância do estabelecimento de uma ciência econômica que se preocupe em inserir em sua análise o fator *gênero* e, conseqüentemente, a desigualdade de gênero presente na sociedade. A Economia Feminista assume o papel de levar esse discurso para dentro das mais diversas correntes de pensamento econômico. No caso da crítica à teoria neoclássica, porém, há uma forte aversão a construção de um agente econômico racional, o *homo economicus*, como visto na última seção do capítulo anterior.

Mesmo ao ignorar a construção de gênero no discurso neoclássico, o agente criado por essa teoria não representa, de forma neutra, o comportamento de qualquer ser humano – como seria o seu objetivo. Pelo contrário, representa, apenas, a perspectiva de um homem ocidental, branco. Sendo assim, o presente capítulo tem como intenção abordar com maior riqueza de detalhes a construção neoclássica de seu agente racional, dando enfoque a crítica econômica feminista estabelecida sobre esse tópico. Mais além, ao criticar o *homo economicus*, também, pretende-se demonstrar como, ao manter-se na construção desse agente, as mulheres são excluídas das análises econômicas e, conseqüentemente, uma grande parte da carga de trabalho exercida por essas mulheres é deixada de lado. O trabalho aqui referido é o Trabalho Doméstico e de Cuidado. No capítulo seguinte, o tema será aprofundado.

3.1 POR QUE A ANÁLISE CRÍTICA DA TEORIA NEOCLÁSSICA É IMPORTANTE

Cada vertente da Economia Feminista terá seus motivos particulares para acreditar que a teoria que escolheram criticar mais a fundo deve ser a teoria a ser reconstruída ou completamente derrubada. Isto dependerá, como visto no capítulo anterior, da inclinação à Economia Feminista conciliatória ou de ruptura dessas economistas. No geral, o objetivo é questionar a suposta objetividade da teoria econômica, demonstrando que ela, ao tentar ser objetiva, acaba por o fazer de forma insuficiente (GRECCO, 2018). Nesse contexto, o feminismo busca, de duas maneiras gerais, solucionar este problema. Explicando de maneira mais aprofundada, de acordo com Marilane Teixeira (2018), as economistas feministas

são divididas em Economia Feminista Conciliatória e Economia Feminista de Ruptura.

As primeiras têm como objetivo trazer à tona as atividades exercidas por mulheres que se tornaram invisíveis sob uma perspectiva econômica. Ou seja, focará muito na definição e redefinição do conceito de *trabalho*. De forma secundária, há o objetivo de trazer visibilidade as desigualdades de gênero. Conectando, então, os dois fatores (trabalho e gênero) às diferenças existentes dentro do mercado e não mercado. Essas economistas tendem a reproduzir as análises ou marxistas ou neoclássicas, dependendo de sua inclinação teórica, com a crença de que ao reformular os três tópicos já mencionados, essas teorias ainda podem ser aplicadas sem prejuízo a análise da figura feminina. Em termos simples, seria adaptar a teoria existente de forma a incluir as mulheres e seu trabalho, acreditando que essas teorias ainda sejam válidas.

Já as Economistas de Ruptura, como o nome indica, tem um posicionamento contrário. O objetivo dessa corrente de pensamento é trazer *sustentabilidade para a vida*. Sendo assim, não seria possível continuar reproduzindo análises econômicas que continuarão a privilegiar o mercado e a produção, em detrimento a focar no indivíduo e no contexto em que ele está inserido. Não bastaria que conceitos como o trabalho doméstico e do cuidado e a reprodução social fossem inseridos nas teorias já existentes. É preciso criar novas teorias, novas metodologias.

A adoção do conceito de sustentabilidade da vida como categoria primária de análise não significa uma definição fechada e estática da economia, mas a procura de abrir um espaço ao conjunto de relações sociais que garantem a satisfação das necessidades das pessoas e que estão permanentemente em transformação (Power, 2004). Esse enfoque renuncia à busca de um sujeito unitário com uma experiência e interesses comuns que definem a mulher no mundo, reconhece a diferença e as relações de poder que se estabelecem entre as próprias mulheres. (TEIXEIRA, 2018, p. 159).

Estendendo o pensamento de Teixeira, e aliando-se ao trabalho das economistas de ruptura, reproduzir o discurso de uma estrutura analítica estática não é condizente com a realidade encontrada fora dos livros e dos modelos matematizados econômicos. Com o objetivo de construir um Ciência Econômica mais rica e mais capaz de entender, interpretar e explicar a tomada de decisão de seus indivíduos, é preciso que o seu *modelo* de indivíduo também seja mais dinâmico e, puramente, mais humano. É preciso que tenha mais representatividade

e seja consciente da diversidade existente nas sociedades em que estão incluídos. Dessa forma, ao estabelecer novas teorias:

Questiona-se a lógica e a consistência dos pressupostos, se discute a neutralidade das categorias e enfoques utilizados acusando-os de parciais e com forte componente ideológico de gênero, avançando assim no desenvolvimento de novas aproximações teóricas mais globais e integradoras. (CARRASCO, 1999, não p.).

É um equívoco supor que a Economia Feminista defina a Ciência Econômica como não-objetiva. Pelo contrário, ao tentar exaustivamente objetivar o processo de tomada de decisão e o comportamento dos indivíduos dentro do mercado, para então construir um modelo que preveja os possíveis *outcomes* econômicos, a construção neoclássica falha. A economia tradicional acredita na necessidade de simplificar o mundo para poder explicá-lo. (Marçal, 2017). Porém, para a Economia Feminista, é necessário que a Economia se torne mais precisa e tenha mais abrangência. “Nesse sentido, para uma “objetividade forte” [strong objectivity] (Harding, 1992), é preciso a construção de um “conhecimento situado” (Haraway, 1995 [1988]), o que seria característico do trabalho feminista na ciência econômica.” (GRECCO, 2018, p. 125).

Segundo Marilane Teixeira (2018), a teoria econômica predominante não é capaz de verdadeiramente explicar os fenômenos do mundo real em decorrência da sua estreiteza teórica ao focar em métodos matemáticos para explicar todas as situações econômicas, inclusive aquelas em que seria impossível de se fazer com assertividade através de um método matemático: as relações de dominação. Nesse contexto, é preciso inverter a ordem dos fatores da análise neoclássica: redefinir o objeto de estudo, somente para, então, passar a trabalhar com o método. Buscando, assim, que os resultados econômicos provenham da divisão social justa entre homens e mulheres; não da maximização da satisfação individual de todas as pessoas.

Não há uma definição geral aceita de economia feminista que, em princípio, procura cobrir todos os campos que podem ser estudados em economia, a partir de uma abordagem feminista. Robeyns (2000:3) reconhece a tarefa árdua da economia feminista na condução da pesquisa nos diversos campos da teoria econômica. Argumenta que ela se desenvolveu sobre uma crescente insatisfação por parte das feministas no que se refere à metodologia, epistemologia e ontologia implícitas na economia neoclássica. Sendo assim, qualquer abordagem sobre a economia feminista deve considerar, necessariamente, a crítica à economia predominante ou neoclássica. (TEIXEIRA, 2018, p. 140).

Dessa forma, a Economia da forma como é pensada atualmente, promove um distanciamento do mundo real ao considerar que o indivíduo toma suas decisões de forma racional – seja considerando a racionalidade como consistência interna das escolhas ou como maximização dos interesses. Deixa-se de lado as motivações humanas e o efeito das interações sociais na tomada de decisão do indivíduo. E, conseqüentemente, na estruturação de todo o mercado. Não endereçar as diversidades, portanto, significa transformar toda a análise econômica em uma perspectiva de um homem branco. (TEIXEIRA, 2018). Estendendo o pensamento de Teixeira, ao de Carrasco (1999) a crítica ao agente econômico racional é tanto à escola neoclássica, quanto à escola marxista, o que dita a importância de se criticar mais fortemente a primeira é a sua forte influência na formulação de políticas econômicas.

É preciso, portanto, revelar o viés econômico criado pelos pensadores neoclássicos de forma que a análise econômica não represente apenas uma perspectiva ou que, no mínimo, seja consciente de sua limitação. Levando em consideração que as análises neoclássicas são feitas a partir de modelos matemáticos, majoritariamente quantitativos, e que para esses modelos é necessária a figura de um agente tomador de decisão – seja ele um indivíduo consumidor ou produtor, dono de empresa ou de fábrica. De acordo com Marçal (2017), o agente econômico racional é muito sedutor.

Ele é racional e impelido pela razão, não faz nada que não seja forçado a fazer e, se fizer alguma coisa, fará pelo prazer ou para evitar a dor. Ele sempre pegará tudo o que puder e fará todo o possível para superar, contornar e, por fim, destruir todos os que estiverem em seu caminho. [...] Os desejos ilimitados das pessoas são limitados apenas pelos recursos finitos do mundo e porque todos os outros também querem coisas. [...] Da escassez, nasce a escolha. (MARÇAL, 2017, p. 32).

É preciso reanalisar a construção deste agente para que se identifiquem as falhas nele existentes em representar a real tomada de decisão do indivíduo, para que, conseqüentemente, possa-se melhor tentar prever os efeitos finais gerados na Economia. Dessa forma, tenta-se garantir uma melhor análise e interpretação dos fenômenos reais, para que as políticas adotadas para os impulsionar ou retrai-los sejam positivamente efetivas.

A próxima seção abordará uma singela linha do tempo na construção do homo economicus como embasamento teórico para as críticas feministas a esta

figura. A linha do tempo é construída, majoritariamente, apoiando-se no texto de Fabiana Sanches Grecco (2018): “O viés androcêntrico da Ciência Econômica e as críticas feministas ao homo economicus”.

3.2 UMA BREVE CONSTRUÇÃO DO HOMO ECONOMICUS E SUAS APARIÇÕES AO LONGO DA HISTÓRIA ECONÔMICA

Para entender a origem do *homo economicus*, é interessante entender, também, a forma como a Economia é construída dentro de suas principais correntes de pensamento. A Economia é dividida em ortodoxa e heterodoxa. A primeira busca focar seus modelos econômicos em métodos matemáticos e que focam na construção e funcionamento do mercado. É mais difundida justamente por ser mais condizente ao modelo capitalista em que estamos inseridos, atualmente. Já a heterodoxia, abrange uma série de correntes de pensamentos empenhadas em alterar o foco da análise econômica para outros fatores além do mercado. (GRECCO, 2018). Como exemplos, dentre muitos, podemos citar: a Economia Comportamental (focada em analisar o comportamento do indivíduo sob uma perspectiva psicológica); e a Economia Institucional (que busca analisar a forma como as Instituições são responsáveis por delinear os hábitos de pensamento e, conseqüentemente, influenciar a tomada de decisão dos indivíduos). Bem como, obviamente, a Economia Feminista.

É dentro da corrente neoclássica ortodoxa que o agente econômico racional toma forma. No geral, a ortodoxia tem como centro de sua análise a crença em um indivíduo cujo maior objetivo e desejo é a obtenção de lucro. Portanto, estará sempre preocupado, independentemente de qualquer outro fator externo, em maximizar o seu lucro. Essa ideia seria traduzida na maximização no nível de satisfação (ou utilidade) daquele indivíduo. Para ter o máximo de satisfação – que pode ser entendido como maior nível de prazer, maior nível de felicidade – o indivíduo toma as suas decisões de acordo com sua racionalidade e seus interesses pessoais. (GRECCO, 2018).

A teoria neoclássica, porém, tende a fazer uma forte distinção entre o ambiente de mercado e a família/lar. Portanto, a figura de um agente racional e resolvidor de conflitos é, apenas, aplicada na esfera mercantil. Idealiza-se a família

como uma instituição sem conflitos, nem chegando a serem analisados os possíveis tipos de conflitos existentes dentro do lar. (CARRASCO, 1999). E que, na maior parte das vezes, é onde se encontram as mulheres por grande parte do seu tempo. Completando o pensamento de Carrasco, um agente econômico racional que foi construído para explicar somente um aspecto da vida de uma pessoa (o mercado), já pode-se assumir como um agente incompleto e ineficiente.

A filosofia por trás de um agente movido por seus próprios interesses e, portanto, individualista, remonta a um contexto religioso e de formação do capitalismo burguês. Enquanto a Igreja Católica repudiava a usura e o lucro, as religiões protestantes – especialmente o Calvinismo – aliavam a virtude das pessoas exatamente àquilo que a Igreja Católica negava. Dessa forma, a doutrina protestante unia os interesses capitalistas às necessidades cotidianas.

A filosofia do individualismo que deriva desse período, portanto, tem a ideia de que “o ser humano deveria ser independente, dirigir-se a si mesmo, ser autônomo, livre – deveria ser um indivíduo, uma unidade distinta da massa social, e não ficar perdido nela” (McDonald, 1962 apud Hunt, 1981 [1978], p. 51). As teorias do individualismo compõem a ideologia burguesa capitalista de distinção social. O individualismo era (e ainda é), portanto, a ideologia dominante da acumulação capitalista. (GRECCO, 2018, p.111).

A doutrina que focava no individualismo foi apropriada pela maior parte dos capitalistas como um meio para se livrarem do Estado e, assim, aumentarem seus lucros. Adam Smith bebendo desta fonte ideológica, agrega aos seus estudos a noção de que a perseguição dos interesses individuais seria benéfica para a sociedade como um todo. É importante ressaltar que este não era o enfoque de seus modelos. Mesmo assim, a ação humana encontraria motivação numa condição natural, aliada a uma intenção moral que resultaria em consequências não intencionais e positivas para a sociedade. Portanto, a tomada de decisão individual dos agentes não levaria em consideração o melhor para o conjunto de pessoas em que esse indivíduo está inserido, ainda assim, sua decisão traria o melhor resultado possível para todos do grupo. Ainda segundo Grecco (2018, p. 110):

Essa concepção de indivíduo egoísta e ocasionalmente benfeitor para o restante da sociedade de Adam Smith inaugura, portanto, o fundamento filosófico que sustenta a figura do homo economicus, o indivíduo do qual a Ciência Econômica predominante/ dominante se refere.

Com Thomas Malthus, há, dentro de seus estudos sobre população, a primeira estruturação de um modelo econômico focado em um agente. Segundo Grecco (2018, p. 113): “O homem econômico de Malthus seria, assim, uma figura cujo auto interesse e poder de raciocínio seriam subjugados por sua propensão natural à procriação (idem, 2006).”

É atribuída a John Stuart Mill, porém, a criação do homo economicus – apesar de nunca ter usado a exata denominação para o agente. Ao levar em consideração a linha do tempo construída por Grecco (2018), vemos que o agente econômico racional é uma conjunção de ideias diferentes e críticas a essas mesmas ideias, como uma espécie de modelo de agente quebra cabeça⁸. Mill pode ter abrangido em suas teorias a figura de um agente racional, mas as críticas de Ingram e Keynes a esse modelo contribuem para a melhor visualização do agente como hoje o conhecemos. Atribui-se a ele as características, segundo os autores, respectivamente de: animais que fazem dinheiro; e que suas atividades seriam motivadas apenas pela geração de riqueza. Além disso, pode-se adicionar a crítica de Persky a construção anterior, em que o homo economicus seria um agente desejoso de luxo, prazer e procriação – além de seus interesses monetários. É importante dizer, no entanto, que para Mill esse auto interesse dos indivíduos não era algo natural, como trazido anteriormente por seus predecessores, mas sim construído socialmente através do capitalismo. (GRECCO, 2018).

O homo economicus faz aparições aqui e ali ao longo do desenvolvimento da teoria econômica, mas com Jevons, dentro da Revolução Marginalista, ele recebe um nome bastante adequado a sua construção: homem calculista. Dentro deste contexto, o agente econômico teria em sua balança uma contraposição entre prazer e dor, em que o prazer seria associado a maximização de sua utilidade – entende-se por utilidade como sendo o grau de necessidade que se tem ao consumir um determinado produto/bem/serviço, o quão útil, o quão importante é um bem ou serviço para um indivíduo de acordo com as suas preferências. Um agente tem seus interesses e dedica seu trabalho apenas àquilo que lhe traz utilidade e, portanto, que lhe provém prazer. (GRECCO, 2018).

⁸ Termo aqui cunhado e utilizado, livremente, pela autora deste trabalho de conclusão de curso. O objetivo é representar um modelo composto de diferentes peças (vertentes de pensamento), com diferentes encaixes (diferentes perspectivas = críticas), mas que formam uma figura completa quando terminado.

Nas palavras de Grecco (2018, p. 119):

A economia neoclássica combina, em síntese, três ideologias capitalistas: 1. o argumento da “mão invisível”, no qual as trocas em um mercado livre se harmonizariam com os interesses de todos; 2. a ideia de que esse mercado livre se ajustaria automaticamente a um equilíbrio com o pleno emprego; e 3. a ideia de que a distribuição da renda deveria ser determinada pela produtividade. A partir dessa base, a economia neoclássica contemporânea se dividiria entre neoclássicos liberais e neoclássicos conservadores e o principal ponto em comum entre ambos seria justamente a defesa do sistema capitalista da propriedade privada e das instituições fundamentais para que esse modo de produção se mantenha.

E, por fim, nessa breve retrospectiva sobre a construção teórica e as aparições do homo economicus na teoria econômica, surge, finalmente, a figura dentro da Teoria Neoclássica sob a perspectiva de Alfred Marshall. Para ele, a motivação econômica e não-econômica estariam entrelaçadas e seriam indissociáveis. Assim, a natureza humana (e o caráter humano) seria fruto do tempo, espaço e condições econômicas em que aquele ser estivesse inserido. Ou seja, mais sociável e humanizado do que os seus predecessores, mas ainda assim ignorante da estrutura familiar e da importância feminina.

E com Menger, temos, por fim, a explicação do porquê a racionalidade estaria intrínseca as decisões desse agente econômico: não seria possível a maximização dos desejos sem que estes fossem atingidos por meio de escolhas racionais. Este momento histórico-teórico condiz com a fase econômica em que a racionalidade passa a ser mais relevante do que as motivações e os desejos desses agentes. O agente de Menger busca avaliar, de forma subjetiva, as possíveis escolhas para satisfazer suas necessidades. (GRECCO, 2018).

Das críticas à Mill ou da aula inaugural de Marshall em diante, a noção de homo economicus segue sendo revista ou reprovada, ainda mais pelas economistas feministas, mas permanece como um paradigma importante para a maior parte da Ciência Econômica, já que o conceito de indivíduo tem grande centralidade, sobretudo para a tradição neoclássica. (GRECCO, 2018, p. 119).

O homem econômico é *previsível*, por isso ele é tão atrativo para a Ciência Econômica (MARÇAL, 2017). E, para finalizar, um trecho trazido por Grecco (2018) para contextualizar a crítica Feminista ao agente econômico a ser tratada na próxima seção:

Grosso modo, é desse contexto que emerge, enfim, a figura do agente racional (*homo economicus rationalis*), que é o mais próximo de um conceito de indivíduo que a teoria neoclássica atual oferece, em que a racionalidade como consistência seria seu fundamento e, diante do qual, uma das implicações seria justamente a dificuldade de tratar os agentes como heterogêneos. (SOUZA, 2014, p. 27-29).

Esta seção não teve, obviamente, preocupação em estender-se em explicações das teorias que os pensadores aqui citados desenvolveram. O objetivo em construir uma linha do tempo do desenvolvimento de um agente racional econômico é ressaltar a sua importância nas mais diversas teorias desenvolvidas dentro da ortodoxia econômica. E tentar demonstrar como nunca foi de grande interesse que esse agente tivesse um estudo aprofundado feito sobre ele. Como visto, muitas vezes ele era citado, mas não diretamente ou não sob uma construção oficial. E, mais além, suas características e seus objetivos não giram em torno de seu lado social, mas sim de seu lado mercantil. Com isso, quer-se dizer que não houve o objetivo de desenvolver seu lado humanizado e social, e, sim, procurar construir um agente que justificasse o restante da construção de mercado que esses pensadores procuravam defender.

3.3 O HOMO ECONOMICUS VERSUS A ECONOMIA FEMINISTA

Tendo em mente as bases da construção teórica do *homo economicus* neoclássico, será trazido nessa seção algumas críticas cruciais de teoria econômica feminista a ele. Citando Carrasco (1999, não p.):

A alternativa ao “*homo economicus*” é pensar de maneira mais realista: as pessoas não somos “fungos” que saímos da terra. Nascemos de mulheres, somos cuidadas(os) e alimentadas(os) na infância, socializadas(os) na família e grupos comunitários e a norma é que somos interdependentes ao longo da vida. Assim, os modelos – sob os pressupostos do “*homo economicus*” – são incapazes para incorporar as idéias de responsabilidade ou dependência, necessárias para compreender muitos comportamentos e, para isso é necessário desenvolver novos esquemas conceituais que integrem supostos tanto de individualidade como de inter-relação influenciados ambos pelo meio social.

À analogia ao “homem fungo” de Thomas Hobbes trazido por Carrasco, Grecco (2018) contribui adicionando que seria como se os homens simplesmente saíssem da terra, em plena maturidade e não necessitassem assumir compromissos uns com os outros. E como contraponto, ela traz a analogia feita por economistas ortodoxos em relação ao seu agente econômico racional: o *homo economicus* é

como Robinson Crusoe. Dizer que o homo economicus é como Crusoe, é resumir o agente em um homem branco, ocidental, capitalista; que é capaz de sobreviver sozinho em uma ilha deserta, sem nenhuma interação. E, numa teoria que se apresenta como neutra, universal e natural, logicamente, é o mesmo que dizer que esse homem seria a norma humana.

Essa ideia, segundo Marçal (2017), está fundamentada em uma filosofia de mercado libertador. Dentro do mercado, prevalece o anonimato, não faria diferença saber quem é quem e de onde vieram, nem que tipo de emoções essas pessoas carregam. O importante é possuir um meio de pagar pelos bens e serviços que a pessoa almeja obter e usufruir. Dentro da construção de Crusoe, estar completamente isolado é uma vantagem: as escolhas e as pessoas são livres e independentes, não há amarras e limitações. Tudo o que se espera que um agente faça para sobreviver é saber medir logicamente os seus benefícios. Não só a figura de Robinson Crusoe representa a construção do agente econômico racional, como também é uma metáfora para o próprio conceito de *ceteris paribus* defendido, fortemente, na economia. Tudo o mais constante (sem sociedade, sem governo, sem o mercado em si, sem trabalho etc.), Robinson conseguiu passar seus anos na ilha deserta muito bem.

Os homens na história dos economistas não estão, antes de mais nada, enclachados em uma ilha. Estão enclachados em si mesmos. Sozinhos. Isolados. Intocáveis. Incapazes de interagir um com o outro a não ser através do comércio e da competição. Incapazes de se relacionar com o mundo ao redor a não ser como um conjunto de mercadorias. Tudo deve ser comprado, trocado e vendido pelo maior lucro possível. Robinson Crusoe é, acima de qualquer outra coisa, um exemplo de homem econômico. (MARÇAL, 2017, p.31)

Esta semelhança não só define o agente, como também contribui para eliminar da análise quaisquer outros fatores como raça/etnia, cultura e as relações de gênero. (GRECCO, 2018).

O agente da economia política clássica e neoclássica é, portanto, um indivíduo essencialmente interessado em si mesmo, racional, supostamente autossuficiente, sem gênero, sem classe e sem origem étnica, mas historicamente mais relacionado à sociabilidade do homem branco, hétero, que pertence à classe dominante, cujo objetivo principal é a busca pelo lucro capitalista. Um indivíduo que habita o mercado, como se ele (o mercado) fosse "A" sociedade, com letra maiúscula: a única realidade existente no universo, uniforme, transistórica, o "lugar" onde vivem todos os indivíduos da terra: todos os homens cogumelos. (GRECCO, 2018, p. 123).

Dentro dessa construção, a família e o mercado seriam ambientes completamente diferentes e dissociáveis, em que valores completamente opostos governariam e não se mesclariam. No mercado, os seres se comportam com a frieza e individualidade do *homo economicus*. Nos lares, espera-se altruísmo e conexão. (GRECCO, 2018). Segundo Carrasco (1999), essa família altruísta construída pela teoria neoclássica, seria responsável por legitimar as desigualdades de gênero e justificar a dualidade existente entre a instituição mercado (indivíduos egoístas e auto interessados) e a instituição família (indivíduos em harmonia e altruístas). Essas concepções duais devem ser compreendidas e não distribuídas.

Os “homens cogumelos”, corroboram para a anulação do papel da figura feminina dentro dos lares numa clara distinção entre o que é público e o que é privado. Nesse sentido, o trabalho das mulheres passa a ser um trabalho invisível. (GRECCO, 2018). Socialmente, espera-se que partam das mulheres as iniciativas de cuidado, carinho, educação, e atividades da casa – como lavar, passar, cozinhar. Se, numa estrutura em que os seres humanos são independentes entre si e tomam decisões baseados somente em suas próprias vontades, como se espera endereçar e entender a tomada de decisão e os interesses de uma mãe que abdica do trabalho – que conseqüentemente traria lucro – para cuidar de sua família? Nesta situação, diferente do que foi visto acerca do *homo economicus*, não haveria uma inclinação total à obtenção de lucro.

Segundo Grecco, Furno e Teixeira (2018), a explicação da teoria neoclássica seria que as mulheres mediriam racionalmente numa balança seu trabalho dentro de casa e fora dela e, por enxergar mais utilidade em fazer o trabalho doméstico e do cuidado, assumiria tais tarefas voluntariamente. A mulher seria, portanto, uma falha de mercado. Em todas as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, a teoria as vê como um “fator natural” dado o trabalho familiar da mulher. (CARRASCO, 1999).

É importante retomar a relação entre ciência e gênero tratada no capítulo anterior, para lembrar que não é somente o *homo economicus* que contribui para a marginalização da figura feminina. Ao, historicamente, trazer a subjetividade como mais relacionada às mulheres e a objetividade mais relacionada aos homens, está se definindo qual será o fator mais facilmente analisado por uma ciência que se julga

“objetiva”. (GRECCO, 2018). A estrutura do fazer científico exclui, muitas vezes, a participação feminina, tanto quanto o agente econômico racional.

Numa perspectiva em que a natureza feminina é vista como altruísta e que, por isso, conecta-a a esfera privada, a mulher se torna irrelevante economicamente. Além disso, as tarefas de cuidar dos filhos, limpar, lavar, cozinhar não se encaixam em bens físicos (tangíveis) que podem ser efetivamente comprados. Os resultados do trabalho feminino se tornam, portanto, intangíveis. E, assim, o trabalho doméstico passa a ser visto como uma extensão lógica da natureza feminina e ocorreria de forma cíclica, conseqüentemente, não precisaria ser quantificado. (MARÇAL, 2017).

O processo de reprodução social, que envolve diretamente o Trabalho Doméstico e do Cuidado, passa a ser negligenciado e invisibilizado. Dado que a teoria econômica considera que atividade econômica é só aquilo que envolve alguma troca monetária, não é fornecida a reprodução social e, conseqüentemente ao trabalho não remunerado feminino, a devida importância. Não se entende que, para haver produção capitalista, é crucial que haja a reprodução de sua *força de trabalho*. (GRECCO; FURNO; TEIXEIRA, 2018). Ou seja, não há a devida abstração de que a maior parte do trabalho exercido pelas mulheres é a principal base de sustentação de toda a estrutura econômica. Sem que a reprodução social exista – tudo que envolve a reprodução da vida – não há força de trabalho para movimentar a Economia.

No próximo capítulo, serão abordados os conceitos de Trabalho Doméstico e Trabalho do Cuidado, com o objetivo de melhor entender a sua importância dentro do aparato econômico, qual a atuação das mulheres nessa esfera não-mercantil e como elas são afetadas por tal atividade.

4 A ECONOMIA DO CUIDADO: A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO

No capítulo anterior, discutiu-se a crítica feminista ao *homo economicus*. Em linhas gerais, o modelo de agente econômico construído pela crítica neoclássica é tendencioso ao representar o comportamento de um **Homem Cogumelo** – segundo Cristina Carrasco e Fernanda Grecco. Nesse contexto, o agente seria completamente independente, racional, movido pelo auto interesse e cujo principal objetivo em todas as suas interações seria a obtenção de lucro. O *homo economicus* atuaria somente dentro da esfera mercantil, sendo esta um ambiente de constante conflito. Assim, na tentativa de construir um agente racional e objetivo, a Ciência Econômica Tradicional negligencia a esfera familiar e a reprodução social – assumindo que o lar seria um ambiente altruísta e sem conflitos e que, portanto, não teria a necessidade de ser interpretado através da visão de um agente econômico racional.

Também, é claro, a falta de remuneração dentro do lar o torna, para a Economia Tradicional, sem valor econômico. Essa interpretação leva, conseqüentemente, a invisibilidade do trabalho não remunerado da mulher sob o formato de Trabalho Doméstico e do Cuidado – aquele exercido dentro das casas e para as famílias, sem a intenção de obter-se lucro.

Ao longo do presente capítulo, tem-se como objetivo demonstrar a importância do Trabalho Doméstico e do Cuidado não somente para a manutenção do lar, mas, principalmente, para a sustentabilidade da vida e funcionamento do sistema econômico. Sob a ótica da teoria neoclássica, como será tratado nesse capítulo, um trabalho que não gere dinheiro e que seja exercido por alguém em função de terceiros não é considerado trabalho, tampouco é analisado dentro das métricas econômicas como as Contas Nacionais e o PIB. Conseqüentemente, o trabalho doméstico e do cuidado não remunerado, majoritariamente exercido por mulheres, é marginalizado e não é devidamente abrangido pelas políticas econômicas. Contribuindo, assim, para o aprofundamento das desigualdades de gênero e na queda da qualidade de vida das mulheres⁹.

⁹ Cita-se, aqui, qualidade de vida das mulheres considerando que ao dedicar longas horas semanais ao trabalho doméstico e do cuidado, a mulher diminui sua disponibilidade de horas para o trabalho

Torna-se importante tratar de trabalho doméstico e do cuidado, ao levar-se em consideração que, de acordo com a ONU Mulheres em 2017, o valor do trabalho (caso devidamente estimado), representaria cerca de 10 a 39% do PIB dos países. Igualmente, faz parte da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, no ODS de número 5 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável): Igualdade de Gênero; que, dentre outras estratégias para mitigar as desigualdades de gênero, deve-se:

Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais. (ONU, 2017).

Levando-se isso em consideração, e trazendo para o contexto da teoria econômica, ao ater-se a um agente racional e egoísta, cujo objetivo principal é agir a favor de si mesmo e em busca de lucro, não é possível abstrair a importância do trabalho do cuidado e doméstico à Economia de forma assertiva. E, já que esse trabalho, como será visto ao longo do capítulo, é essencial para o funcionamento econômico, é de extrema importância que seu reconhecimento, a análise dos seus impactos (positivos e negativos) e a sua mensuração, sejam feitos longe do viés androcêntrico apresentado pela teoria neoclássica. É preciso desmistificar a feminilização do Trabalho Doméstico e do Cuidado e identificar, também, quais influências ele tem na vida das mulheres.

Segundo Federici (2019), o trabalho doméstico assume a posição de inerente a natureza, a personalidade e a psique feminina. Seria, portanto, um desejo feminino, uma necessidade interna, de realizar o trabalho de cuidar da casa e dos outros residentes. E essa transformação de trabalho doméstico em “trabalho” natural, só existe justamente por ser um trabalho não remunerado. Esse foi o único jeito encontrado pelo capital para justificar que o trabalho doméstico fosse exercido sem retorno financeiro: se é algo natural, não precisa ser pago. E, diga-se de passagem, o único jeito, também, de garantir que fosse exercido, majoritariamente, por mulheres.

remunerado, para os estudos, cursos profissionalizantes, momentos de lazer e autocuidado. Considerando que esses fatores contribuem para a melhoria da vida de qualquer pessoa, a mulher seria privada dessa possibilidade ao ter que dedicar-se ao trabalho não remunerado doméstico. Ao longo do capítulo, esse tema será abordado com mais riqueza de detalhes.

Ainda de acordo com a autora supracitada, ao buscar por salários para o trabalho doméstico, por exemplo, a mulher questiona o seu papel social e se esforça para quebrar o discurso machista e patriarcal de que seu trabalho dentro de casa é intrínseco a sua existência – se precisa receber salário, qualquer um pode fazê-lo, não é exclusividade feminina. E, ainda mais importante, torna o trabalho doméstico em um trabalho *visível*.

[...] a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho [...] Contra qualquer acusação de “economicismo”, devemos lembrar que dinheiro é capital, ou seja, é o poder de comandar o trabalho. Portanto, reapropriar aquele dinheiro que é o fruto do nosso trabalho — e do trabalho da mãe e das avós de cada uma — significa, ao mesmo tempo, destruir o poder do capital de extrair mais trabalho de nós. (FERERICI, 2019, p. 43, 48).

A Economia Feminista passa a questionar, então, porquê o trabalho exercido dentro dos lares não é quantificado e contabilizado pela Ciência Econômica Tradicional. E procura, igualmente, demonstrar de que forma essa invisibilidade do Trabalho Doméstico e do Cuidado afeta as mulheres e corrobora para o fortalecimento e continuidade das desigualdades de gênero presentes na sociedade.

Segundo Hirata (2016), por muito tempo, as mulheres exerceram esse trabalho por amor, de forma privada e gratuita. Todavia, as desigualdades de gênero, de classe e de raça, são fortemente representadas pelo Trabalho do Cuidado, justamente porque os cuidadores são, principalmente, mulheres, pobres, negras e, muitas vezes, imigrantes (externas ou internas).

Ao criticar o *homo economicus*, essa corrente de pensamento feminista traz ênfase a relação produção/reprodução através do trabalho doméstico; incorporando a divisão sexual do trabalho, a organização social do cuidado e a Economia do Cuidado à análise. (ENRÍQUEZ, 2015). Além disso, traz como importante fator de análise a pobreza: seja ela monetária, ou de tempo¹⁰.

¹⁰ A expressão “pobreza de tempo” é adicionada à ideia de Enríquez e faz referência ao Ted Talk de Valéria Esquivel denominado “El tiempo, la dimensión invisible de la pobreza”, publicado pelo canal TEDx Talks em 2018. Segundo o TED Talk, mais do que a pobreza financeira, a pobreza de tempo é um fator de extrema importância para as mulheres que precisam balancear as tarefas de casa, os cuidados dos filhos, seu trabalho remunerado, seus hobbies e interesses. E, na maioria das vezes, para as mulheres que não podem terceirizar o trabalho doméstico e do cuidado, sua falta de tempo é um fator de extrema importância para as mulheres que precisam balancear as tarefas de casa, os cuidados dos filhos, seu trabalho remunerado, seus hobbies e interesses. E, na maioria das vezes, para as mulheres que não podem terceirizar o trabalho doméstico e do cuidado, sua falta de tempo

A respeito das discrepâncias entre produção e reprodução, tem-se que a produção foi modificada com base em saltos tecnológicos nos setores-chave da Economia. Já na esfera do trabalho doméstico, em que a reprodução se dá, não houve modificações tecnológicas significativas que fossem capazes de reduzir o trabalho socialmente necessário à reprodução da força de trabalho. (FEDERICI, 2019).

Ao contrário de outras formas de produção, a produção dos seres humanos é, em grande parte, irredutível à mecanização, uma vez que exige um alto grau de interação humana e a satisfação de necessidades complexas em que os elementos físicos e afetivos estão intrinsecamente combinados. A reprodução humana é um processo de trabalho intensivo que fica mais evidente no cuidado de crianças e de idosos que, mesmo em seus componentes mais físicos, requer o fornecimento de uma sensação de segurança, de consolo e de antecipação dos medos e desejos. (FEDERICI, 2019, p. 223).

A tendência é que esses trabalhos por não serem, necessariamente, tangíveis, não sejam modernizados, mas sim redistribuídos ao longo do processo de globalização e comercialização. Segundo Hirata (2016), essa divisão seria um reflexo do envelhecimento da população e da inserção da mulher no mercado de trabalho. É importante ressaltar que essa redistribuição se dá majoritariamente entre as mulheres e, significativamente, entre mulheres imigrantes. Porém, como será visto na seção 4.2, a divisão de tarefas não se dá forma igualitária e justa.

4.1 A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO E DO CUIDADO

Essa seção trará o surgimento da discussão acerca do trabalho doméstico e do cuidado não remunerado dentro da Economia, preocupando-se em mencionar a sua influência marxista (e a crítica a essa influência), bem como corroborar com a crítica à teoria neoclássica, nesse caso sob a perspectiva do trabalho. Além disso, será brevemente abrangido sobre a não contabilização do tempo despendido nos afazeres domésticos e do cuidado e a influência disso no aprofundamento das desigualdades sociais. Este tema também será tratado na seção 4.2, com mais detalhes.

contribui enormemente para a sua pobreza financeira também. Este trabalho não se propõe a discutir pobreza de tempo, mas é uma menção importante para se entender a dimensão do impacto do trabalho do cuidado e doméstico não remunerado na vida das mulheres.

Inicia-se nos anos 70 a discussão dentro da Economia sobre o trabalho não remunerado dentro dos lares. De acordo com Federici (2019, p. 206):

Em meados dos anos 1970, a luta das mulheres já não era “invisível”, mas havia se convertido em um repúdio aberto à divisão sexual do trabalho, com todos os seus corolários: a dependência econômica dos homens, a subordinação social, o confinamento a uma forma naturalizada de trabalho não remunerado, e uma procriação e uma sexualidade controladas pelo Estado.

Com isso, há uma divisão entre uma nova Economia da Família, dentro do pensamento neoclássico; e o debate acerca do trabalho doméstico dentro do discurso feminista e marxista. A discussão ganha cada vez mais importância à medida que as mulheres se tornam mais presentes no mercado de trabalho remunerado e devido, também, às mudanças na configuração familiar. E com aumento da oferta terceirizada de trabalho doméstico – traz-se uma nova realidade para a escolha acerca da forma como o trabalho doméstico é exercido dentro dos lares. (CARRASCO, 2006).

O feminismo na Economia trará à luz novamente o debate sobre o Trabalho Doméstico mantendo diálogo com a corrente marxista – já que esta menciona a necessidade de incorporar o trabalho doméstico e do cuidado na acumulação capitalista e de analisar as implicações da exploração feminina por parte dos capitalistas e dos maridos. A intenção desse esforço é evidenciar o papel do Trabalho do Cuidado em produzir (ou contribuir para produzir) valor econômico. (ENRÍQUEZ, 2015). Uma das dificuldades encontradas em se analisar o trabalho do cuidado está, porém, como pontuado por Carrasco (2006), no fato de que o trabalho do cuidado não é necessariamente um trabalho específico e pode se dar de diversas formas diferentes.

A través del concepto de economía del cuidado, la economía feminista pretende al menos dos objetivos: en primer lugar, visibilizar el rol sistémico del trabajo de cuidado en la dinámica económica en el marco de sociedades capitalistas, y en segundo lugar, dar cuenta de las implicancias que la manera en que se organiza el cuidado tiene para la vida económica de las mujeres. (ENRÍQUEZ, 2015, p. 36).

A crítica feminista a forma de pensar o trabalho não remunerado dentro do lar sob a perspectiva marxista é de que esta não trata de necessidades ou atividades de cuidado, mantendo uma relação constante com o conceito de trabalho

assalariado. E, também, critica-se a insistência em analisar a situação somente por uma perspectiva dos interesses capitalistas e não aos conflitos de gênero e, conseqüentemente, a influência do patriarcado na forma como o trabalho doméstico se desenvolve. (CARRASCO, 2006).

Todavia, a crítica feminista a visão neoclássica do trabalho doméstico e do cuidado estrutura-se sobre a incapacidade da teoria neoclássica em identificar como trabalho uma atividade que não resulte em retorno financeiro. A visão da Economia dominante, acredita que as necessidades humanas são supridas através do trabalho. Mas não enxerga no trabalho não remunerado essa capacidade, pois apenas o trabalho capaz de ser trocado por dinheiro é considerado *trabalho*. Isto porque é o *dinheiro* o fator capaz de garantir o consumo de bens e serviços que satisfaçam os desejos/necessidades das pessoas e, conseqüentemente, dos lares. (CARRASCO, 2006).

Assim, estrutura-se a crítica ao pensamento racional do homo economicus que seria capaz de dividir o uso de seu tempo através da racionalidade e de sua estrutura de preferências e a incapacidade desta lógica em explicar a motivação por traz da execução não remunerada dos trabalhos de cuidado. Em resultado, conclui-se que:

Dicho de otra manera: la oferta de trabajo remunerado se regula gracias a la negociación dentro de los hogares destinada a distribuir el trabajo no remunerado para la reproducción. Claro que el trabajo no remunerado no es infinitamente elástico. Su capacidad de arbitraje entre el mercado laboral y las condiciones de vida se reduce cuando aparecen nuevas oportunidades para algunos segmentos de la fuerza de trabajo (incluidas las mujeres). (ENRÍQUEZ, 2015, p. 39).

A possível interpretação, segundo Enríquez (2015), que se poderia retirar do papel do Trabalho Doméstico e do Cuidado é que ele exerce uma espécie de subsídio à taxa de lucro e à acumulação de capital. A autora traz, também, que a problemática acerca dos afazeres de cuidado e domésticos são desiguais não só dentro dos lares, sendo majoritariamente exercido por mulheres, como também desiguais na distribuição entre lares, Estado, mercado e organizações comunitárias. Nas palavras de Enríquez (2015, p. 41), “en síntesis, la evidencia muestra que el trabajo de cuidado es asumido mayormente por los hogares y, dentro de los hogares, por las mujeres”.

Esta ideia é sustentada, há muito tempo, pelas relações patriarcais de gênero em que, como já visto anteriormente, mas aqui é trazido também sob a perspectiva de Enríquez (2015), às mulheres é atribuída a predisposição natural a ser altruísta, cuidar de seus filhos e de seus maridos em decorrência de sua capacidade de gerar uma vida dentro de si e tudo que isto envolve. A discussão também envolve a estratificação social: o trabalho do cuidado pode ser terceirizado, tanto mais a família pertença a estratos com rendas maiores. Para as mulheres de lares de baixa renda, essa possibilidade é praticamente inexistente, contribuindo para a sua pobreza de tempo¹¹ e, conseqüentemente, para reproduzir e aprofundar a desigualdade de gênero. Em suma, o trabalho do cuidado, da forma como estruturado, atualmente, é um impulsionador e reforçador das desigualdades. (ENRÍQUEZ, 2015).

A não contabilização das horas de trabalho femininas dedicadas ao domicílio faz com que as jornadas de trabalho das mulheres e a sua contribuição econômica sejam, completamente, subestimadas. (JESUS; WAJNMAN; TURRA, 2021). As unidades de medida mais comuns em Economia são o tempo e a moeda. Porém, o estudo do tempo está, atualmente, muito conectado ao que é considerado econômico, conseqüentemente, o que é mercantil. Sendo o tempo um insumo escasso, sua divisão é feita entre trabalho mercantil e lazer (ócio); podendo ser também adicionado o tempo dispendido em trabalho doméstico. (CARRASCO, 2006). As novas discussões acerca do tempo, procuram trazer a seguinte visão:

Utilizando un marco de análisis más amplio –que incluye lo no monetario- se recupera un tiempo no mercantilizado, habitualmente invisibilizado por caer fuera de las relaciones de empleo. Desde esta nueva visión, se plantea que no todo el tiempo es dinero, no todas las relaciones humanas están mediatizadas por el tiempo mercantilizado, no todos los tiempos son homogéneos ni todo el tiempo de trabajo es remunerado. Se comienzan a estudiar los llamados “tiempos generadores de la reproducción” que consideran los tiempos que caen fuera de la hegemonía de los tiempos mercantilizados y que incluyen tiempos necesarios para la vida: cuidados, afectos, mantenimiento, gestión y administración doméstica, relaciones, ocio, etc.; que más que tiempo medido y pagado, son tiempo vivido, donado y generado, con un componente difícilmente cuantificable y, por tanto, no traducible en dinero. (CARRASCO, 2006, p. 49)

¹¹ A expressão “pobreza de tempo” é adicionada à ideia de Enríquez e faz referência ao Ted Talk de Valéria Esquivel denominado “El tiempo, la dimensión invisible de la pobreza”, publicado pelo canal TEDx Talks em 2018.

Deixa-se claro, assim, que ao não se considerar as diferentes formas em que um indivíduo pode escolher despende o seu tempo que não envolva retorno financeiro, está contribuindo para acentuar a desigualdade existente entre homens e mulheres. (CARRASCO, 2006). Como será visto na próxima seção, as mulheres exercem cargas maiores do que os homens no trabalho doméstico e não remunerado, portanto se este trabalho não é, de fato, considerado trabalho, então boa parte do dispêndio de tempo feminino é, simplesmente, desconsiderado.

4.2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO E DO CUIDADO

Esta seção tem como objetivo trazer uma elucidação acerca do impacto do Trabalho Doméstico e do Cuidado, principalmente, na vida das mulheres. Para isso, será exposto o estudo feito pela PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios) de 2020, compilado pelo IBGE, numa tentativa de quantificar a divisão e a quantidade de horas dedicadas aos afazeres domésticos e do cuidado exercidos pelos brasileiros ao longo de 2019. Os dados são, relativamente, antigos dado que esse estudo não foi continuado nos anos seguintes. A partir da contabilização da porcentagem de pessoas, por sexo, que executam tais tarefas, bem como a quantidade de horas dedicadas por semana, também por sexo; essa seção se proporá, igualmente, a trazer uma contextualização da situação feminina mediante a execução dessas tarefas. Bem como, procurará fazer uma breve abordagem a falta da contabilização desse trabalho nas Contas Nacionais.

Com isso, objetiva-se demonstrar de forma mais robusta, através de dados concretos, a importância de fazer-se visível o Trabalho Doméstico e do Cuidado não remunerados, seja para a vida das mulheres enquanto indivíduos, seja para o funcionamento do sistema econômico como um todo.

Não há a pretensão de se esgotar o tema do Trabalho Doméstico e do Cuidado, nem aprofundar os estudos empíricos nesse momento. O objetivo de trazer exemplos empíricos a essa monografia é, justamente, demonstrar, de forma simples e exploratória, na realidade, como se dá o impacto da omissão do gênero nas análises econômicas.

De acordo com a PNAD Contínua de 2020, são considerados afazeres domésticos:

[...] 1) preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar a louça; 2) cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos; 3) fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos; 4) limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim; 5) cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados); 6) fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio; 7) cuidar dos animais domésticos; e 8) outras tarefas domésticas.

Para 2019, 146,7 milhões de pessoas haviam realizado afazeres domésticos, seja em suas casas ou de parentes próximos, resultando em 85,7% da população do país dedicando parte do seu tempo para os cuidados de casa. A comparação entre a dedicação das mulheres a esses afazeres em relação aos homens, porém, é bastante discrepante. 92,1% das brasileiras, em 2019, dedicou seu tempo a algum afazer doméstico, contra 78,6% dos homens, para o mesmo período.

Nas regiões menos desenvolvidas do país, como o Nordeste e o Norte, essa diferença é ainda maior: são 90,2% das mulheres contra 69,2% dos homens no Nordeste; 91,4% das mulheres contra 76,9% dos homens no Norte. E para a região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a média fica em 93% das mulheres contra 83% dos homens realizando trabalho doméstico.

TABELA 1 – TAXA DE REALIZAÇÃO DE AFAZERES DOMÉSTICOS, POR SEXO

Taxa de realização de afazeres domésticos, por sexo						
Grandes Regiões (%)	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	85,7	84,3	80,3	87,6	89	89
Homem	78,6	76,9	69,2	82	84	83,6
Mulher	92,1	91,4	90,2	92,6	93,6	93,9

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Outras Formas de Trabalho, Informativo com base na PNAD Contínua 2019, 2020

No quesito Trabalho do Cuidado, a PNAD Contínua, lista as seguintes atividades:

[...] 1) auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir); 2) auxiliar nas atividades educacionais; 3) ler, jogar ou brincar; 4) monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio; 5) transportar ou acompanhar para a escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas; e 6) outras tarefas de cuidados.

O cuidado enquanto atividade é exercido em menores taxas, tanto para os homens quanto mulheres, quando comparado com o Trabalho Doméstico. Ainda assim, as maiores taxas de realização encontram-se na Região Norte com 41,2% das mulheres e 27,7% dos homens dedicando-se a cuidar de si e de outras pessoas em suas famílias. Na perspectiva geral, em 2019, 31,6% da população brasileira exercia tarefas do cuidado. Em partes, esse resultado está associado a presença de filhos no domicílio, portanto quanto mais próximo da idade de ter filhos estiverem as pessoas e quanto mais filhos, efetivamente, tiverem, mais Trabalho do Cuidado é exercido.

Ao todo, em 2019, 87,1% da população brasileira (149,0 milhões de pessoas) com 14 anos ou mais, realizaram tarefas domésticas ou de cuidado seja para parentes residentes no domicílio ou parentes não moradores. Em média, isso resulta em 16,8 horas semanais de trabalho. No entanto, quanto a comparação é feita entre homens e mulheres, aqueles tendem a despender 10,4 horas semanais, caso tenham alguma outra ocupação, e 12,1 horas semanais caso não tenham ocupação. Para as mulheres, essas horas são muito maiores: 18,5 horas semanais caso sejam ocupadas versus 24 horas semanais caso não tenham ocupação. Levando em consideração as pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho remunerado, a média de diferença de horas dedicadas a afazeres domésticos e dos cuidados é de 8,1 horas a mais para as mulheres, em relação aos homens.

TABELA 2 – MÉDIA DE HORAS DEDICADAS AOS AFAZERES DOMÉSTICOS E/OU AOS CUIDADOS DE PESSOAS (HORAS SEMANAIS)

Sexo e situação de ocupação	Horas Semanais					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Homem						
Ocupado	10,4	10,8	10	10,7	10,7	9,3
Não ocupado	12,1	12,1	11,1	12,6	13,2	10,9
Mulher						
Ocupada	18,5	18,4	19,1	18,8	17,7	16,8
Não ocupada	24	22,2	23,6	25,4	22,9	21,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Outras Formas de Trabalho, Informativo com base na PNAD Contínua 2019, 2020

Isto reflete, obviamente, na disponibilidade de horas que as mulheres têm livres para realizar trabalhos fora de casa. Em 2019, o resultado são mais horas trabalhadas para os homens (considerando trabalho doméstico e do cuidado mais o trabalho remunerado no mercado de trabalho). Em média, para o homem que realizou ambos os trabalhos, há um aumento de 5,1 horas semanais em relação a uma mulher em mesma situação. É importante ressaltar, no entanto, que a mulher, proporcionalmente, trabalhou mais dentro de casa, e em prol da família, do que o homem. E que há mais mulheres dedicadas ao trabalho doméstico do que homens.

TABELA 3 – MÉDIA DE HORAS EFETIVAMENTE TRABALHADAS EM TODOS OS TRABALHOS (HORAS SEMANAIS)

Sexo e realização de atividades	Horas Semanais					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Homem						
Realizou afazer e/ou cuidado	39,9	38,2	37,7	40,7	41,1	40,8
Não realizou afazer e/ou cuidado	39,5	38,3	38	40,8	40,4	40,4
Mulher						
Realizou afazer e/ou cuidado	34,8	33,3	33,1	35,3	36,1	35,1
Não realizou afazer e/ou cuidado	35,8	36,3	35,4	35,6	37,1	35,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Outras Formas de Trabalho, Informativo com base na PNAD Contínua 2019, 2020

Os dados obtidos pela PNAD de 2020, permitem algumas conclusões. Em primeiro lugar, o trabalho doméstico e do cuidado é bastante significativo na distribuição de horas no dia a dia das mulheres e dos homens. Em segundo lugar, com as descrições do que é trabalho doméstico e do que é trabalho do cuidado, torna-se mais fácil abstrair que sem essas atividades não haveria força de trabalho disponível dentro do mercado – se não há quem cuida da casa e dos residentes, eles não estarão preparados para ir à escola e/ou ao trabalho. Em terceiro lugar, claramente, a distribuição entre mulheres e homens das atividades é injusta, recaindo na mulher a maior responsabilidade por esses afazeres.

E, em último lugar, demonstra como essa responsabilidade é diretamente ligada a capacidade da mulher em se dedicar a outras atividades, como o mercado de trabalho remunerado. Como ela precisa dedicar muitas horas semanais para

cuidar da casa, dos maridos, filhos, parentes próximos, pouco lhe sobra para que possa aperfeiçoar sua carreira profissional e galgar outras posições dentro do mercado de trabalho remunerado, por exemplo.

[...] embora isso [trabalho doméstico] não resulte em um salário para nós mesmas, produzimos o produto mais precioso que existe no mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. [...] Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas. (FEDERICI; COX; 2019, p. 68).

Durante a pandemia do Covid-19, do final de 2019 até os dias atuais, é possível perceber o trabalho doméstico e do cuidado exercendo uma influência ainda maior na vida das mulheres que, seja por terem perdido seus empregos remunerados, seja por estarem em modelo de trabalho de casa (*home office*), passam a lidar com mais exigências e mais desgaste dado que passam mais tempo dentro de casa com suas famílias e mais trabalho não remunerado é necessário despendê-lo. Especialmente, mulheres que possuem filhos sofrem mais com o momento atual, dado que seus filhos, muitas vezes, não lhes permitem dividir o que é trabalho remunerado e o que é trabalho não remunerado (o de cuidado) e exigem a atenção das mães durante todo o dia. Para melhor abstrair esse cenário, a seguir serão apresentados, brevemente, dois estudos trazidos por Alonso (2020) e Batthyáni e Sánchez (2020) acerca do trabalho do cuidado durante a pandemia.

4.2.1 O Trabalho do Cuidado na pandemia do Covid-19 na América Latina

Segundo Alonso (2020), a pandemia do Covid-19 foi responsável por trazer à tona quatro crises diferentes que serviram para demonstrar a desigualdade de gênero presente na sociedade e de que forma ela afeta a vida das mulheres. São elas: a crise de saúde, a crise dos cuidados, a crise econômica e a crise de masculinidade e a violência de gênero. Aqui, serão mencionadas duas: a crise da saúde e a crise do cuidado.

No caso da saúde, a autora menciona como é atribuída às mulheres, mesmo no mercado de trabalho remunerado, as tarefas de cuidado. Dessa forma, o corpo médico, frente de batalha contra o vírus, acaba sendo composto, principalmente, por

mulheres. A realidade é que a valorização salarial dessas profissionais, se mostra 25% inferior à dos homens na mesma área.

Por otro lado, es importante tener en cuenta que cuando el Estado no ejerce su labor de protección y cuidado, en general son las mujeres las que lo sustituyen. La falta de servicios públicos de salud universales y de calidad ha hecho que parte de estos servicios se traspasen a los hogares. Al no haber una distribución equitativa de las tareas del cuidado esto también acaba sobrecargando a las mujeres. (ALONSO, 2020, p. 3).

A respeito do trabalho do cuidado, a pandemia foi capaz de o tornar visível ao derrubar as barreiras existentes entre público e privado ao exigir que as pessoas se recolhessem em seus lares e evitassem as interações sociais do lado de fora. Nesse contexto, também se exigiu que as mulheres tomassem a frente no amparo de seus filhos e nos cuidados da casa enquanto suas famílias estivessem de quarentena, afastados do trabalho e das escolas. (ALONSO, 2020).

La presencia de niños y niñas menores de 5 años incrementa el tiempo de trabajo no remunerado de las mujeres entre un 20% y un 200% (CEPAL, 2018), y la presencia de menores de 15, aunque menos, también lo aumenta de forma significativa. (ALONSO, 2020, p. 5).

Sem mencionar, é claro, que o trabalho de casa (*home office*) não foi delineado num contexto em que os trabalhadores possam ter outras responsabilidades que não somente o trabalho. Quer-se dizer, não foi delineado para comportar a rotina de uma mulher, mas sim, de um homem que, espera-se, não terá nada a depender dele além dele mesmo. (ALONSO, 2020).

Como resultado da situação pandêmica que aprofunda a crise do cuidado, faz-se importante reconhecer que o cuidado é um direito das pessoas, conseqüentemente, deveria ser igualmente repartido entre os sexos não só dentro dos lares, como em todas as outras esferas sociais e econômicas. As medidas a serem tomadas para reconhecer e otimizar o trabalho do cuidado resultam de um trabalho conjunto entre políticas e programas de cuidado que busquem a igualdade entre homens e mulheres dentro dos lares, dentro do mercado de trabalho remunerado e dentro da vida social. Em decorrência disso, as mulheres seriam capazes de dedicar mais horas a sua especialização e estudos, adentrar o/aprofunda-se no mercado de trabalho, e, caso desejem, atuar politicamente, também. (BATTHYÁNY; SÁNCHEZ, 2020).

Não somente isso, mas uma boa forma de reconhecer o trabalho não remunerado feminino é passar a considerá-lo dentro das Contas Nacionais e, portanto, do PIB. Com uma métrica estruturada sobre o tema, as políticas públicas em auxílio às mulheres podem ser melhor desenvolvidas e podem trabalhar de forma mais assertiva para mitigar a desigualdade de gênero na vida das mulheres. Para isso, na próxima seção serão tratados os desafios relacionados a contabilização do trabalho doméstico e do cuidado, qual seria o seu impacto para a vida econômica e quais são as estimativas existentes para esse trabalho.

4.2.2 Contas Nacionais: a inclusão do trabalho doméstico e do cuidado

O PIB provém, inicialmente, dos economistas britânicos James Meade e Richard Stone, cujo objetivo era mensurar toda a produção econômica de um país com base no que foi efetivamente comprado e vendido ao longo de um determinado período de tempo (um ano, por exemplo). (MESSAC, 2018). O trabalho doméstico não remunerado é, porém, considerado como improdutivo dentro do PIB. As Contas Nacionais, de fato, excluem qualquer forma de trabalho doméstico não remunerado, conseqüentemente, grande parte das horas de trabalho dedicadas pelas mulheres aos seus familiares e as suas casas é completamente invisibilizada. (MAZZUCATO, 2020).

As razões para tal são muitas: desde a dificuldade em aglutinar dados sobre as estimativas de valor, a independência e o isolamento dessa atividade em relação ao mercado, e, também, as mudanças que implicaria anexar essa nova categoria de trabalho ao PIB e o desenvolvimento de políticas públicas e o estudo de mercado. Reforça-se, aqui, a ideia de que se o trabalho não é capaz de gerar dinheiro, então não é trabalho e não deve ser contabilizado, de acordo com a Teoria Neoclássica. (MAZZUCATO, 2020).

O PIB é uma mensuração da capacidade da economia de produzir bens e serviços que cobrem necessidades (alimentação, alojamento, etc.) e geram bem-estar. Se esta medida não incorpora os valores relativos ao trabalho não pago, podemos concluir que esta é uma medida incompleta do bem-estar humano, porque representa apenas a capacidade de produção (em valor monetário) dos bens e serviços produzidos e comercializados. [...] Como o PIB é usado para ponderar a relação entre insumos e produtos (uso de recursos e produção de riqueza), ao ignorar a contribuição importante de

alguns insumos, como o trabalho não pago, sua medida exagera a eficiência e a importância do produto resultante da produção mercantil. (MELO; MORANDI, 2021, p. 197).

A grande questão da importância da contabilização do trabalho doméstico e do cuidado dentro das Contas Nacionais não é somente garantir que ele faça parte do PIB – já que esse é o principal indicador do Sistema de Contas Nacionais. Mas sim, porque as estatísticas das Contas Nacionais são a base das políticas econômicas do país. E, da forma como estão sendo calculadas atualmente, acabam por levar a distorções nas análises macroeconômicas. (MELO; MORANDI, 2021). Garante-se, assim, que o trabalho não remunerado feminino está sendo adequadamente analisado e incorporado nas decisões do Estado, de forma a reduzir (ou até mesmo eliminar) as desigualdades de gênero.

A definição dos objetivos de política pública e econômica tem papel importante porque pode garantir oferta de serviços públicos de qualidade e em número suficiente – como creches e escolas de tempo integral e centros de atendimentos para idosos e/ou doentes –, promovendo a redução das desigualdades, incluindo a de gênero. (MELO; MORANDI, 2021, p. 192).

Segundo Carrasco (2006, p. 50), “valorar el trabajo familiar doméstico tenía um objetivo claro: su incorporación em las Cuentas Nacionales”. A autora ainda traz que definição que se utiliza para referenciar o trabalho do cuidado vem de Margaret Reid (1934), em que o trabalho doméstico seria uma atividade exercida por alguém em benefício de *terceiros*. Isso relaciona-se a possibilidade de decisão que uma mulher tem, enquanto principal geradora de trabalho doméstico. Sendo assim, as decisões femininas são afetadas por diversas fronteiras sociais como a tradição patriarcal, seus dependentes dentro de casa, as condições econômicas do lar, a oferta de serviços públicos de cuidado e o modo como o mercado de trabalho se articula.

Una dimensión de este tipo de conflictos se refleja en la tensión que representa –particularmente para las mujeres– la organización de los tiempos de vida y de trabajo. Aspecto que se recoge indirectamente en algunas encuestas en preguntas relacionadas con la posible “falta continua de tiempo”. Las mujeres como responsables de los cuidados en el hogar están continuamente vigilantes para atender cualquier necesidad. De aquí que habitualmente están faltas de tiempo, porque son donantes de tiempo. (CARRASCO, 2006, p. 54)

Para Melo e Morandi (2021, p. 188-189), “a não inclusão do valor dessas tarefas domésticas e cuidados nos indicadores econômicos torna a política econômica discriminatória em relação as mulheres, consideradas mão de obra secundária.” As autoras defendem que reconhecer o trabalho das mulheres dentro da Economia é reconhecer a importância da reprodução social viabilizada por elas. A estratégia recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU), é a incorporação do trabalho doméstico não remunerado através das contas satélites. Dessa forma, o trabalho pode ser incorporado de forma estatisticamente correta, sem prejuízo no Sistema de Contas Nacionais.

A criação da conta satélite do trabalho não pago está coerente com o objetivo de reduzir as desigualdades de gênero, eliminando as diferenças de rendimento entre homens e mulheres no mercado de trabalho quando ocupam postos semelhantes, e aumentando a participação feminina no mercado de trabalho, reduzindo sua dependência econômica. O resultado é um maior empoderamento das mulheres, melhorando sua capacidade de buscar por seus direitos. (MELO; MORANDI, 2021, p. 190).

Como já visto anteriormente, a teoria neoclássica insiste em não considerar em suas análises econômicas o trabalho que não é remunerado. Dessa forma, o trabalho de produção social exercido pelas famílias, dentro dos lares, em que o principal recurso utilizado (e não monetizado) é o tempo; acaba sendo deixado de lado. Oculta-se o fato de que as transações de mercado não são os únicos bens e serviços disponibilizados na Economia, muito menos configuram as únicas medidas de padrão de vida e de bem-estar social. (MELO; MORANDI, 2021).

Levando em consideração o que já foi mencionado anteriormente sobre a estratificação do trabalho do cuidado (famílias de maiores rendas tendem a terceirizar o serviço; e famílias de baixa renda tendem a despende mais tempo às atividades domésticas e do cuidado), pode-se adicionar mais um agravante. Com a não contabilização desse trabalho, são as famílias de baixa renda as maiores prejudicadas pela falta de políticas públicas que auxiliem o trabalho das mulheres dentro de casa.

Essas políticas públicas são fundamentais para reduzir desigualdade porque elas permitem que as pessoas de menor renda, e principalmente as mulheres de menor renda, tenham condições de competir no mercado de trabalho em melhores condições. Sem esses serviços, nas famílias de baixa renda geralmente as mulheres se tornam economicamente dependentes porque não conseguem participar do mercado de trabalho em condições

plenas, forçando-as a buscarem trabalhos de meio expediente ou com horários mais flexíveis o que no geral implica piores condições de trabalho e menor renda. As famílias monoparentais chefiadas por mulheres e com filhos têm maior probabilidade de serem pobres, e isso piora ainda mais para as mulheres negras. (MELO; MORANDI, 2021, p. 202).

As autoras citadas acima, expõem um breve estudo como alternativa da estruturação do SCN (Sistema de Contas Nacionais) brasileiro. A base do estudo é a mensuração do trabalho não pago através das pesquisas de uso de tempo. Para obter-se esse resultado, é importante entrevistar as famílias com perguntas que não eliminem a possibilidade de fazer múltiplas atividades e que já apresentem uma listagem de tarefas possíveis de serem realizadas (mas não limitem as respostas). E, para atribuir valor, comparar-se-ia o tempo com o preço por hora de trabalho de acordo com informações estatísticas de emprego. A presença de bens de capital deve ser considerada na análise, já que são fatores que podem diminuir ou facilitar o trabalho do cuidado (essa análise deve levar em consideração um custo por aluguel do bem ou serviço correspondente).

Sendo a valoração da atividade não-remunerada feita a partir do preço por hora de trabalho pago para atividade semelhante e, como os dados sobre preço por hora de trabalho disponíveis não são tão detalhados quanto as atividades pesquisadas, deve-se usar um preço por hora de trabalho remunerado correspondente a um conjunto de atividades do trabalho não pago. Multiplicando-se o preço por hora de trabalho pelo número de horas semanais dedicadas às atividades remuneradas, obtém-se o valor do trabalho não pago. O valor da produção de cada atividade resulta numa conta satélite e a soma corresponde ao produto agregado ou PIB do trabalho não pago. (MELO; MORANDI, 2021, p. 203).

A metodologia, como as próprias autoras reconhecem, não é perfeita, pois pode subestimar a geração de riqueza pelo trabalho não pago. Ainda assim, são uma alternativa mais realista e abrangente para retratar o Trabalho Doméstico e do Cuidado. Acima de tudo, é de suma importância entender que o trabalho doméstico e do cuidado não poderá nunca ser eliminado, apenas substituído. Para garantir que essa substituição seja justa, é crucial que ela venha através da oferta de serviços públicos em quantidade suficiente para a população. (MELO; MORANDI, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento feminista dentro da Ciência Econômica presta um papel crucial no desenvolvimento de uma Economia mais justa, diversa, inclusiva e, principalmente, com maior igualdade de gênero. Como visto ao longo do trabalho, o movimento feminista é extremamente pluralizado, o que se repete dentro da sua vertente econômica. Cada economista feminista terá a sua influência teórica podendo aliar-se a teorias já existentes, como a neoclássica e a marxista (essas seriam as economistas feministas de conciliação); ou, ainda, negar completamente as teorias econômicas existentes. As últimas são conhecidas como economistas feministas de ruptura e recebem essa denominação por acreditarem que não é possível somente agregar conceitos de gênero e trabalho doméstico e do cuidado não remunerado, sem rever completamente a forma como a teoria econômica está sendo estruturada.

Nesse contexto, foi visto que a Teoria Neoclássica, ao longo de seu desenvolvimento, criou um agente econômico racional, cujo principal objetivo em todas as suas interações era a obtenção de lucro. Esse agente à lá **Robinson Crusóé**, representa uma versão dos indivíduos bastante influenciada pelo viés androcêntrico da Teoria Neoclássica. Para essa concepção, os agentes seriam completamente independentes, egoístas, motivados pelo auto interesse, sem necessidade de nenhuma interação social e que conseguem tudo aquilo que precisam através do mercado. Ou seja, esse agente não reconhece a importância do carinho, do cuidado, de uma casa limpa e da comida na mesa.

Além disso, segundo essa teoria, todo o trabalho deveria ter como objetivo e resultado a obtenção de dinheiro; uma vez que o indivíduo estaria trabalhando com a intenção de satisfazer seus desejos e necessidades, e estes, por sua vez, só poderiam ser preenchidos e adquiridos através do uso do dinheiro. Toda e qualquer forma de trabalho que não almejasse a obtenção de lucro, que não fosse movida pelo auto interesse e que não fosse remunerada, portanto, seria ignorada pela teoria econômica neoclássica.

A união de um agente econômico racional e de uma base teórica fundamentada nas trocas mercantis, cria uma Ciência Econômica extremamente incapaz de retratar corretamente o funcionamento da vida como ela realmente é. **Deixa-se de levar em consideração que os seres humanos são seres sociais e que,**

consequentemente, dependem da interação uns com os outros para a sua sobrevivência. Destaca-se não a interação monetária, troca de bens e serviços e venda de força de trabalho; mas, sim, as interações dentro do lar que são responsáveis pela reprodução social e pela sustentabilidade da vida. É dentro dos lares que os “agentes econômicos” são preparados para, verdadeiramente, adentrarem o mercado – ou, no caso das crianças, educarem-se para no futuro fazer parte dele.

O Trabalho Doméstico e do Cuidado não remunerado, torna-se um trabalho completamente invisibilizado e desamparado pelas esferas públicas que deveriam se responsabilizar, seja pelo fornecimento de tais serviços completamente a toda população, seja ao oferecer auxílio às famílias (especialmente às mulheres) para que a execução desse trabalho não prejudicasse as outras áreas da vida dessas pessoas. Acima de tudo, a metodologia neoclássica invisibiliza o papel da mulher na Economia quase que completamente.

Considerando que, social e historicamente, as mulheres são as responsáveis pela execução do trabalho doméstico e do cuidado não remunerados dentro dos lares – cuja justificativa embasa-se em preceitos patriarcais e machistas – ao não reconhecer e não mensurar esse trabalho, negligencia-se a importância tanto das mulheres quanto do trabalho exercido por elas na sustentação de todo o Sistema Econômico. E, mais além, corrobora para o aprofundamento das desigualdades de gênero.

Se a mulher não recebe apoio dos homens com quem convive, nem do Estado que devia lhe fornecer suporte, sua tomada de decisão se torna muito mais coletiva, do que individual. Ela precisa levar em consideração não só os efeitos da sua decisão para a própria vida, como também para a vida de todas as pessoas com quem convive e que dependem diretamente dos serviços domésticos e do cuidado prestados por ela, para sobreviver. A Teoria Neoclássica é incapaz de abordar e de explicar esse tipo de tomada de decisão com seu agente egoísta e individualista. Logo, também, deixa-se de se enxergar a pobreza de tempo sofrida pelas mulheres, especialmente as de baixa renda, que não encontram tempo suficiente para dividir-se entre tarefas do lar, trabalho remunerado, estudos, hobbies e motivações pessoais.

Logicamente, sua falta de tempo para os estudos e para se dedicar ao trabalho remunerado, só aumenta a discrepância entre cargos e salários de homens

e mulheres. Como visto no último capítulo, a pandemia do Covid-19 prestou um importante serviço ao demonstrar como recai sobre as mulheres a maior parte da carga de trabalho doméstico e do cuidado e de como elas continuam exercendo funções semelhantes, mesmo dentro do mercado de trabalho remunerado. Além, é claro, de demonstrar que as mulheres sofreram muito mais com a quarentena e os modelos de trabalho de casa (*home office*), que foram desenvolvidos pensando numa rotina condizente a de um homem.

Outra consequência grave da omissão de gênero na Economia, é não contabilização do trabalho doméstico e do cuidado, significando que as Contas Nacionais (e o PIB) não representam um reflexo fidedigno da realidade, prejudicando a formulação de políticas econômicas adequadas para garantir uma maior igualdade entre homens e mulheres e, também, uma maior qualidade de vida para elas.

O tema da Economia Feminista e a inserção do gênero na teoria econômica é deveras extenso, e, obviamente, esta monografia não seria capaz de abordá-lo completamente. Futuros trabalhos podem dedicar-se a estudar, empiricamente, o impacto que as profissões feminilizadas tem no desenvolvimento feminino e nas suas limitações para atuarem em áreas diferentes do mercado de trabalho remunerado. Uma vez que se espera que as mulheres exerçam as mesmas tarefas do cuidado que exercem em casa, dentro do mercado de trabalho remunerado, estruturam-se cursos e profissões feminilizadas, cuja porcentagem de alunas mulheres é muito maior a porcentagem de alunos homens. Outro tema interessante seria a análise do impacto do trabalho doméstico e do cuidado nos baixos salários recebidos pelas mulheres; bem como, quais poderiam ser as políticas econômicas mais eficientes em diminuir a desigualdade de gênero dentro do Brasil com base na visualização do Trabalho Doméstico e do Cuidado como um *trabalho* de fato.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Rosa Cañete. Las desigualdades de género en el centro de la solución a la pandemia de la COVID-19 y sus crisis en América Latina y el Caribe. **Análisis Carolina**, [S.L.], p. 1-14, 20 abr. 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.33960/ac_20.2020.
- BATTHYÁNY, Karina; SANCHEZ, Agustina. Profundización de las brechas de desigualdad por razones de género: el impacto de la pandemia en los cuidados, el mercado de trabajo y la violencia en América Latina y el Caribe. **Astrolabio**, [S.L.], n. 25, p. 1-21, 25 ago. 2020. Universidad Nacional de Córdoba. <http://dx.doi.org/10.55441/1668.7515.n25.29284>.
- CARRASCO, Cristina. **Mujeres y economía**: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas. [S.L.]: **Icaria**, 1999. Introdução: Para uma Economia Feminista.
- CARRASCO, Cristina. La economía feminista: un recorrido a través del concepto de reproducción. *Ekonomiaz*, [S.L.], v. 91, p. 53-77, jan./jun. 2017.
- CARRASCO, Cristina. La Paradoja del Cuidado: necesario pero invisible. **Revista de Economía Crítica**, [S.L.], nº 5, p. 39-64, mar. 2006. Disponível em: <https://revistaeconomiacritica.org/index.php/rec/article/view/389>.
- COLLIN, Françoise. Diferença dos sexos (teorias da)*. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle. **Dicionário Crítico do Feminismo**. [S.L.]: Unesp, 2009. p. 59-66.
- DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do)*. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle. **Dicionário Crítico do Feminismo**. [S.L.]: Unesp, 2009. p. 173-178.
- EL TIEMPO, la dimensión invisible de la pobreza. Realização de Tedx Talk. Córdoba: Valéria Esquivel, 2018. (12 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yqjw3k3gWqU&t=29s>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - RIO, 16., 2014, Rio de Janeiro. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico**. Rio de Janeiro: Anpuh - Rio, 2014.
- ENRÍQUEZ, Corina Rodríguez. Economía feminista y economía del cuidado: aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 256, p. 30-44, mar./abr. 2015. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/economia-feminista-y-economia-del-cuidado-aportes-conceptuales-para-el-estudio-de-la-desigualdad/#:~:text=A%20trav%C3%A9s%20del%20concepto%20de,manera%20en%20que%20se%20organiza>.

FEDERICI, Silvia. A reprodução da força de trabalho. In: FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminina. São Paulo, Sp: Elefante, 2019. p. 194-232.

FEDERICI, Silvia. Salários contra o Trabalho Doméstico (1975). In: FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminina. São Paulo, Sp: Elefante, 2019. p. 40-54.

FEDERICI, Silvia. **El patriarcado del salario**: críticas feministas al marxismo. [S.L.]: Elefante, 2018.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Brazilian Journal Of Political Economy**. [S.L.], p. 559-583. jul./set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-35172018-2815>.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. [S.L.]: Unesp, 2009. p. 144-149.

GRECCO, F. S. O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao homo economicus. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 105–134, 2018. DOI: 10.20396/tematicas.v26i52.11705. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11705>.

GRECCO, F. S.; FURNO, J. da C.; TEIXEIRA, M. O. Por uma ciência econômica feminista. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 11–22, 2018. DOI: 10.20396/tematicas.v26i52.11701. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11701>.

HIRATA, Helena. O Trabalho do Cuidado. **Revista Sur**, São Paulo, Sp, v. 24, p. 53-64, dez. 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/o-trabalho-de-cuidado/>.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Caderno de Pesquisa**. [S.L.], p. 595-609. set./dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>.

JESUS, Jordana Cristina de; TURRA, Cassio M; WAJNMAN, Simone. Trabalho doméstico não remunerado e as transferências intergeracionais de tempo no Brasil. In: MELO, Hildete Pereira de; MORAES, Lorena Lima. **A arte de tecer o tempo**: perspectivas feministas. São Paulo, Sp: Pontes, 2021. p. 141-170.

LÖWY, Ilana. Ciência e Gênero. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. [S.L.]: Unesp, 2009. p. 40-44.

MARÇAL, Katrine. **O lado invisível da Economia**: uma visão feminista. São Paulo, Sp: Alaúde, 2017.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e Gênero. In: HIRATA, Helena; LABORIE,

Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. [S.L.]: Unesp, 2009. p. 222-231.

MAZZUCATO, Mariana. Algo estranho a respeito das Contas Nacionais: PIB facit saltus!. In: MAZZUCATO, Mariana. **O Valor de Tudo**: produção e apropriação na economia global. São Paulo, Sp: Editora Schwarcz, 2020. p. 124-135.

MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene. Mensurar o trabalho não pago no Brasil: uma proposta metodológica. **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 30, n. 1, p. 187-210, jan. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2020v30n1art09>.

MESSAC, Luke. **PIB: assim se oculta o trabalho feminino**. 2018. Tradução de: Inês Castilho. Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/pib-assim-se-oculta-o-trabalho-feminino/#:~:text=Em%20d%C3%A9cadas%20recentes%2C%20o%20trabalho,muheres%2C%20particularmente%20no%20Sul%20Global>.

MOSCARDÓ, Mercedes Alcañiz. Relaciones entre la producción económica y la reproducción social en tiempos de crisis: identidades y roles de género en transformación. **El Género de La Economía O La Economía de Género**, [S.L.], p. 58-68, set. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: igualdade de gênero**. Igualdade de Gênero. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Trabalho de cuidados oscila entre 10 e 39% do PIB de países, considera ONU Mulheres**. 2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/trabalho-de-cuidados-oscila-entre-10-e-39-do-pib-de-paises/>.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782010000200003>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Outras Formas de Trabalho**: 2019. 2020. Informativo elaborado a partir da PNAD Contínua de 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101722>.

REZENDE, Daniela Leandro. Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de oliveira vianna e sérgio buarque de holanda. **Pensamento Plural**, [S.L.], v. 17, p. 7-27, jul./dez. 2015.

SOARES, Vera. Movimento Feminista: paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. Especial, p. 11-24, jul./dez. 1994.

SOUZA, Daniel Fernando de. **O Homo economicus no século XXI: a emergência de um novo conceito de indivíduo?** 2014. 1 v. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

TEIXEIRA, M. O. A economia feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 135–166, 2018. DOI: 10.20396/tematicas.v26i52.11706. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11706>.

WE SHOULD all be feminist. **Chimamanda Ngozi Adichie**. [S.L.]: TedxEuston, 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc.

